

T. 11

Texto 11

Stuart B. Schwartz e James Lockhart

Hist. América I

Prof. José Luis Berred

A América Latina na época colonial

Tradução de

Maria Beatriz de Medina



CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Rio de Janeiro
2002

ções e estimativas populacionais de todos os seus domínios americanos: as famosas *Relaciones Geográficas*. Vários vice-reis mexicanos aprovaram leis que ficariam nos livros por mais de um século; no Peru, um único legislador famoso dominou: o vice-rei dom Francisco de Toledo. Mais que obra de um ou de alguns homens, leis como as de Toledo foram a precipitação de uma avaliação geral e da codificação de práticas que se desenvolveram no decorrer de várias décadas. Por volta da mesma época, mercadores e artesãos das áreas centrais começaram a formalizar suas guildas e estatutos. Grande parte desta atividade é simplesmente a solidificação da sociedade da conquista; por outro lado, foi também uma tentativa de lidar com condições mutáveis, e leva ao tema de nosso próximo capítulo: os acontecimentos nas áreas centrais no período colonial maduro.

CAPÍTULO 5

Maturidade nas Índias Ocidentais
espanholas: áreas centrais

Depois da época da conquista, as Índias Ocidentais espanholas passaram por um longo período de relativa estabilidade e evolução lenta, que se estendeu por um século e meio ou mais até ser rompido em parte por uma nova série de acontecimentos no final do século XVIII. Chamamos esta época intermediária de “período colonial maduro”, não querendo dizer que determinada sociedade possa realmente, como um todo, ser considerada madura ou imatura, mas como reconhecimento de que as condições criadas pela conquista haviam chegado a um certo equilíbrio. Como seria de esperar, em consequência da variação regional que enfatizamos, a cronologia do período maduro variou segundo o tipo geral de região e mesmo dentro das próprias áreas centrais. Para a região das capitais e das rotas principais, podem-se admitir as datas aproximadas de 1580 a 1750, sem um ano exato que marque o início ou o fim; em áreas mais isoladas, muitos dos sinais característicos podem surgir mais tarde e durar mais. Mas se as datas variam, podemos perceber no período alguns marcos bastante uniformes relativos ao estágio de desenvolvimento. Em termos demográficos, é o estágio posterior às maiores epidemias e ao declínio mais acentuado da população indígena, em que a redução mais lenta que veio depois foi finalmente sucedida por modesta reversão — como um vale entre a rápida perda do início do período colonial e o rápido ganho de seu final. No centro do México, este vale na verdade coincide bastante com as datas mencionadas; no Iucatã, região mais periférica, parece haver um atraso de várias décadas; em relação a muitas outras áreas, simplesmente não dispomos de dados.

Social e etnicamente, o período que estamos examinando foi o ápice da hierarquia étnica imaginada pelos espanhóis para expandir e articular uma sociedade em dois setores. Os três grupos étnicos — europeus, africanos e índios — produziram misturas e os mestiços tinham papéis estereotipados, mas não havia ainda a confusão indestrinçável que ocorreu nos anos finais da colônia. A maioria da população invasora era agora nativa, apesar da imigração contínua, e a população indígena nascera sob domínio europeu em unidades locais reorganiza-

is. Ainda assim, apesar de fortes vínculos, econômicos ou não, e de muitos atos de influência recíproca, os dois setores ainda eram prontamente identificáveis, distintos, e constituíam entidades viáveis.

O setor espanhol, com acréscimos constantes da mistura racial e cultural além da nova migração européia, estava se tornando uma parte ainda maior do todo. Estava longe de constituir a maioria, pelo menos em áreas de população índia senária, mas era grande o bastante para aumentar consideravelmente a demanda por itens de consumo de estilo europeu, além de estimular a capacidade de produção. A economia européia local e inter-regional cresceu, ficou mais diversificada e essencialmente fechada em si mesma (sem perder, de forma alguma, sua orientação básica para a exportação de prata). Esta foi a época da maturação da *hacienda*, forma de propriedade mais hispanizada e mais baseada na agricultura e na terra do que a *encomienda*; esta foi a época do florescimento dos *obrajes* — manufaturas ou oficinas que produziam tecidos, geralmente de estilo espanhol, para consumo local, usando tecnologia espanhola ou de influência espanhola. Da mesma forma, produções locais de artesanato espanhol proliferaram nos principais centros.

Como começamos a dizer no final do capítulo anterior, as leis e instituições tomaram forma no início do período maduro, duraram tanto quanto a época e ajudaram a defini-la. As práticas que a haviam desenvolvido gradualmente no comércio, na navegação e no artesanato encontraram expressão constante nas guildas de mercadores e artesãos e nas frotas transatlânticas, elaboradamente financiadas, organizadas em comboios e programadas, e as duas, guildas e frotas, sobreviveram quase da mesma forma até sofrerem vários tipos de crise no final do período. Do mesmo modo, a função inquisitorial da igreja, que tinha sido exercida pela hierarquia comum, veio a ser incorporada ao autônomo Tribunal da Inquisição. Os mosteiros e conventos se expandiram, multiplicando-se e subdividindo-se para representar as comunidades recém-reconhecidas e consolidadas do mundo hispânico local. Entre as novas organizações havia uma cuja carreira, talvez não por acaso, coincidiu quase perfeitamente com o período maduro: os jesuítas, que chegaram na década de 1570 e foram expulsos na de 1760.

O período intermediário foi considerado algumas vezes como uma época de pressão econômica. Mas mesmo que só olhemos para o século XVII, veremos altos e baixos; o primeiro terço daquele século foi o ponto mais alto até então da produção de prata. Depois disso, houve tendências variáveis em muitas minas, com algum declínio geral aparente, é verdade, e redução correspondente no volume global do comércio feito pelas frotas transatlânticas, se é que podemos confiar nos dados. Por outro lado, a economia inter-regional espa-

nhola das Índias Ocidentais, como já foi indicado, vinha crescendo juntamente com o crescimento das cidades e da sociedade espanhola. Em áreas como Querétaro e Iucatã, no México, o século XVII foi a época da consolidação da sociedade urbana e da criação de uma rede de propriedades de estilo europeu. Da mesma forma, a construção de igrejas monumentais, especificamente a construção de catedrais, está centrada no século XVII. Tendências aparentemente opostas encontram seu denominador comum na simples passagem do tempo; o mero funcionamento das minas de prata levou ao aperfeiçoamento gradual dos métodos de extração, seguido da exaustão relativa das jazidas de exploração mais fácil e pela necessidade de reorganizar a produção, e daí tivemos um ponto alto, um ponto baixo e uma recuperação gradual. O mesmo fluxo do tempo trouxe a mestiçagem, a aculturação e muitos processos evolutivos internos da situação americana que tendiam a aumentar o tamanho e o peso relativos da sociedade espanhola local e, junto com isso, da economia espanhola regional.

Outro conceito que tem sido aplicado ao nosso período é o do barroco. É verdade que (levando em conta um número qualquer de exceções importantes) o estilo de expressão cultural reinante era mais elaborado, menos despojado e direto no período intermediário, tanto na Espanha quanto nas Índias Ocidentais, do que havia sido na primeira metade do século XVI, e que houve uma reversão parcial desta tendência durante o século XVIII. É verdade também que a sociedade tornou-se mais complexa, no sentido do reconhecimento de um número maior de tipos étnico-sociais. Mas não há ligação causal entre os dois fenômenos; não se justifica que falemos de uma “sociedade barroca”, como se a tendência cultural importada tivesse determinado a configuração social local. A complexidade social foi simplesmente resultado da interação contínua dos três grupos étnicos originais. Isso fica claro quando olhamos à frente para o final do século XVIII, quando as tendências intelectuais haviam avançado bastante na direção da simplicidade e da objetividade, enquanto os grupamentos étnicos alcançavam o ponto de maior complexidade em toda a sua história.

Em termos dos assuntos metropolitanos e dinásticos, boa parte de nosso período coincide com o que já foi chamado muitas vezes de Declínio da Espanha sob os últimos Habsburgos. Ainda assim, as dimensões deste declínio não são claras, e em todo caso, como já vimos, muitos estudiosos não se dispõem a aplicar o conceito de declínio ao período colonial intermediário nas Índias Ocidentais. Além disso, embora a troca dos Habsburgos pela dinastia de Bourbon tenha ocorrido em 1700, dificilmente alguma das características do período maduro se alterou até meio século depois disso.

Ficamos, então, com o período colonial maduro como resultado da conquista, quase dois séculos nos quais a estrutura criada pela conquista permaneceu a mesma, porém grandes transformações sociais e culturais ocorreram de forma silenciosa e gradual.

CIDADE, GOVERNO E SOCIEDADE

As maiores cidades do período maduro eram as mesmas do período da conquista, ainda construídas segundo o plano em grade, com uma grande praça central, espanhola no centro e índia nas bordas. Elas permaneceram não só na mesma localização geral como, literalmente, no mesmo ponto em que haviam sido fundadas. Numa vista do centro de Lima em 1687 (ver Figura 6), o plano das ruas é o mesmo desde que a cidade foi construída, em 1535, o lugar da catedral é o mesmo da igreja original, o palácio do vice-rei fica no mesmo ponto do de Pizarro, e do outro lado da rua fica a residência da importante família Aliaga, que recebera aquele lote na época da fundação. Mas sobre esta base pétrea de estabilidade houve muito crescimento e aperfeiçoamento. A ilustração dificilmente exagera a extensão alcançada pela capital peruana, e a zona de ruas e lotes bem organizados ampliou-se cada vez mais.

Numa famosa descrição de como encontrou a Cidade do México em 1625, o inglês Thomas Gage observa a construção sólida das residências particulares, feitas de pedra e tijolo, além da suntuosidade das igrejas, dos mosteiros e conventos, que proclamavam a grandeza da cidade. As lojas de artesãos e mercados, que já eram numerosas no período da conquista, haviam agora se expandido ao ponto da ampla especialização; perto da praça havia uma rua de ourives de prata, outra de ferreiros, outra de mercadores de seda, e assim por diante. Havia tanta compra e venda na praça central que existia uma alameda ou parque especial onde a alta sociedade podia se reunir e desfilar com seus coches, cavalos e criados bem vestidos de várias origens étnicas.

Durante o século XVII, um tipo de desenvolvimento como o da Cidade do México e de Lima, embora inevitavelmente mais modesto, chegou gradativamente a ser característico de um grande número de centros regionais nas duas esferas: na mesoamericana, em Puebla (quase rivalizando, às vezes, com a capital), Guadalajara, Cidade de Guatemala, Mérida, Oaxaca e outras, e na América do Sul em locais como Bogotá, Quito, Trujillo, Cuzco e Santiago de Chile, entre outros. Além disso, centros espanhóis secundários dentro da órbita das grandes cidades o adotaram e consolidaram; na falta de conselhos urbanos, mansões ou aglomerações



Figura 6. Centro de Lima, 1687.

de igrejas, formaram comunidades estáveis de espanhóis bastante pobres que se identificavam intimamente com a localidade imediata, enquanto visavam a uma cidade dominante próxima. Se eram suficientemente prósperas ou distantes, podiam iniciar o caminho rumo à condição de verdadeira municipalidade (como fez Querétaro, no centro-norte do México), mas sua importância mais geral foi trazer os núcleos espanhóis mais para perto da população indígena do interior.

Em sua estada na Cidade do México, Thomas Gage viu alguns prédios governamentais de tipos que não existiam antes, como a casa da moeda real, mas, fundamentalmente, a situação das entidades governamentais era equivalente em outros aspectos da vida urbana: elaboração numa base de estrutura, localização e função idênticas. A Audiência pode ter-se dividido numa subseção civil e outra criminal, e seus juízes podem ter-se ligado de forma mais profunda à sociedade e à economia locais; os secretariados do vice-reino podem ter-se ampliado, assim como os

amos do Tesouro. Ainda assim, nossa descrição anterior dos funcionários governamentais manteve-se em essência também no período maduro, se imaginarmos um processo contínuo de fixação ao local, já que cada vez menos funcionários voltavam à Espanha, alguns funcionários recém-chegados eram filhos ou sobrinhos de antigos detentores dos mesmos cargos, e outros ainda, de início principalmente nos cargos inferiores, tinham nascido nas Índias Ocidentais. Talvez a principal mudança na estrutura do governo tenha sido sua expansão parcial para o campo indígena; sobre isso teremos mais a falar posteriormente neste capítulo.

À medida que proliferavam o pessoal e as ramificações das instituições governamentais, o mesmo acontecia com as normas que criavam e recebiam. Leis, decretos e ordens específicas com muito da força de lei geral vinham todo ano da Espanha para os funcionários das Índias Ocidentais. Às vezes a legislação da metrópole havia sido originalmente iniciada e mesmo escrita em parte pelos próprios funcionários locais ou por outras corporações e grupos de pressão nas Índias; às vezes era o resultado de idéias conjuntas de cortesãos e conselheiros da coroa em Madri, especialmente quando era relacionada à busca perene de arrecadação. Parte dela era obedecida, parte rejeitada ou suspensa, parte ignorada. No cenário local, vice-reis, governadores, Audiências, administradores e juizes menores criavam normas de vários tipos, muitas vezes conflitantes entre si. O processo era cumulativo, já que novas leis nem sempre anulavam especificamente as anteriores que elas vinham substituir, e mesmo quando o faziam, as antigas permaneciam, em certo sentido, nos livros e na memória dos que eram afetados. As Índias Ocidentais nadavam em leis, principalmente as capitais de vice-reinos, os distritos produtores de prata e outros lugares atingidos de forma significativa pela riqueza da economia internacional.

A partir do final do século XVI, só raramente a legislação ameaçou impor mudanças básicas ao sistema já existente e codificado que envolvia os mundos espanhol e índio. Pelo menos nas áreas centrais, não houve nada com a mesma magnitude das leis sobre a *encomienda* de meados do século XVI, nem da feroz resistência a elas. Mas manobras e tentativas de ajuste ocorriam constantemente. A política passou a ser a arte de fomentar a criação de leis a seu próprio favor, de apelar pela isenção de leis prejudiciais e, acima de tudo, questionar o significado e a aplicabilidade da lei em relação a cada indivíduo ou caso. Assim, a lei e o litígio estavam presentes na mente de uma ampla faixa de pessoas, talvez, acima de tudo entre os ricos e os de condição mais alta, mas também, quando havia tribunais e administradores por perto, entre os pobres, habitantes rurais e até mesmo índios, como indivíduos ou corporações. Nas capitais, ao longo

das rotas principais e também nas cidades provinciais de bom tamanho, advogados, escriturários e escrivães tinham muito trabalho.

Para manipular o fértil conjunto de leis, era preciso manter-se atualizado. Cada funcionário administrativo ou jurídico tinha seu próprio *cedulario*, ou coleção de leis e ordens a ele dirigidas ou por ele emitidas no decorrer dos anos. Mas isto não era suficiente. Nos dois lados do Atlântico, estudiosos de leis estavam sempre tentando fazer compilações de leis das Índias Ocidentais, gerais ou relativas a determinada região ou órgão. A mais famosa é a *Recopilación de leyes de los reinos de las Indias*, publicada em quatro volumes em Madri, em 1681, mas houve muitas outras antes e depois, publicadas ou não. Com uma coleção de leis suficientemente grande, podia-se encontrar precedente e justificativa para praticamente qualquer interpretação possível ou linha de ação.

As batalhas legais eram assunto sério, que ocupavam tempo e atenção de muita gente, custavam a litigantes e interessados imensa quantidade de dinheiro, e quase sempre resultavam em agonia para os perdedores e grandes recompensas para os vencedores. Mas mesmo abordando o período maduro, o auge da lei labiríntica, não gastaremos muitas palavras com temas legais, e em vez disso vamos considerá-los como constantes, exatamente como tratamos as estratégias familiares, que eram parte tão integrante de tudo o que os ibéricos fizeram. É verdade que a lei e a regulamentação governamental variaram, não só por serem mais desenvolvidas em certas áreas do que em outras (e por isso falaremos do governo mais do que o habitual quando tratarmos das minas de prata) mas na verdadeira substância da lei e na época de sua aplicação. Ainda assim, numa análise mais minuciosa em geral se verá que a variação legal é função de outros fatores, e não uma verdadeira variável independente.

Tomemos o exemplo do trabalho rotativo obrigatório dos índios, o *repartimiento*, que examinaremos um pouco mais adiante neste capítulo. O *repartimiento* durou muito mais em algumas áreas que em outras. Numa palavra, desapareceu rapidamente onde havia muitos espanhóis competindo pelo emprego e lentamente onde eles eram poucos. Preferimos nos limitar a declarar a razão efetiva do desenvolvimento, sem negar de modo algum que em cada região houve disputas legais, suspensão ou alteração de leis, cumprimento ou não cumprimento e assim por diante, embora neguemos que essas coisas tenham sido, de uma forma ou de outra, causa da variação regional. É verdade que pode ser instrutivo examinar de modo mais minucioso os aspectos legais. No centro do México, o *repartimiento* agrícola já não funcionava, estava efetivamente morto, quando as leis o aboliram no início do século XVII. De fato, este é um fenômeno perfeita-

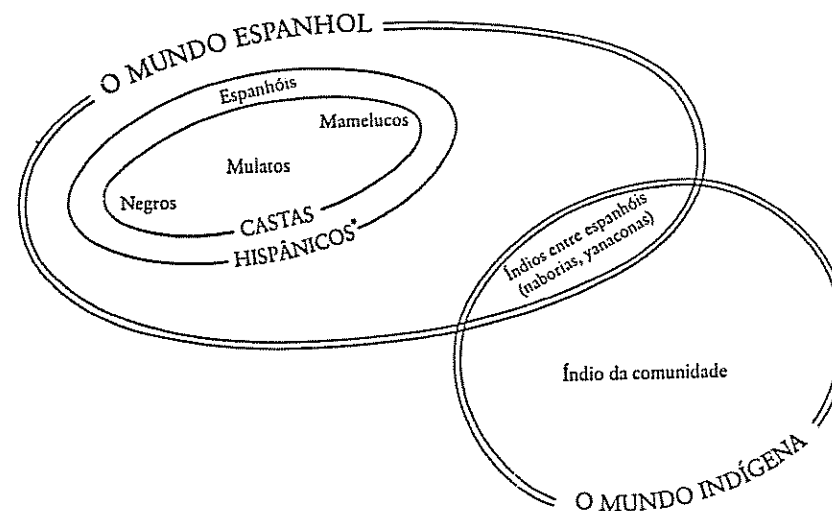
mente normal; como escreveu o estudioso que investigou o *repartimiento* do centro do México, a lei hispano-americana normalmente não era algo que moldasse os acontecimentos, mas sim “uma aproximação dos acontecimentos históricos, ou um comentário sobre eles”.* Nos Andes, por outro lado, a coroa, mal informada, tentou várias vezes, pelo menos ostensivamente, abolir o *repartimiento* ou a mita nas minas de prata de Potosí. Mas as condições locais não eram adequadas para uma mudança dessas. Os vice-reis peruanos do século XVII, em sua maioria, sequer tentaram pôr em prática as ordens reais; um ou dois que fizeram tentativas sem entusiasmo viram-se sabotados pelos funcionários de Potosí; o único funcionário local que tentou agir foi assassinado, e a mita sobreviveu em Potosí até o fim do período colonial. A história variou segundo a região, a época e o ramo da indústria. Descrever tudo, em todas as subdivisões de nosso interesse, iria aumentar muito a nossa apresentação e, possivelmente, ocultar correlações e tipos de causas que, de outra forma, surgem com clareza, de modo que, em termos, gerais deixaremos a cargo da imaginação do leitor a proliferação de leis e litígios.

A progressiva complexidade afetou não só as organizações e as instalações físicas das Índias Ocidentais espanholas, mas também seu povo. Havia tipos étnicos nas ruas movimentadas da Cidade do México que Thomas Gage sentiu que seriam muito estranhos para um leitor inglês e que exigiriam uma explicação especial. A mistura complicara o esquema étnico original de três categorias, espanhóis, negros e índios, acrescentando as categorias de *mestizo* ou *mameluco*, pessoa de ascendência mista de espanhol e indígena, e *mulato*, mistura de espanhol e negro (até um período posterior, *mulato* na verdade também se referia a misturas entre índios e negros). As mudanças culturais acompanharam e complicaram ainda mais a mistura racial, o que resultou numa teia multidimensional que deve ser considerada de várias maneiras para ser compreendida de forma adequada (ver Figura 7). No esquema original, os três grupos estavam completamente separados entre si; os espanhóis e seus intermediários negros constituíam o mundo espanhol, os índios o mundo índio. O único aspecto ambivalente dizia respeito à classificação relativa das categorias. Na hierarquia concebida pelos espanhóis, eles naturalmente estavam no topo, e o princípio para a classificação dos outros era seu grau de semelhança com os espanhóis. A situação relativa dos dois grupamentos não-espanhóis era mais ambígua. Os negros se situavam mais perto dos espanhóis e agiam de modo mais parecido com o deles e assim sua posição, levando em conta todos os aspectos no sentido sociocultural, era

*Charles Gibson, *The Aztecs Under Spanish Rule* (Stanford, Calif., 1964), p. 235.

mais elevada, embora os índios, que se pareciam mais com os espanhóis, tivessem a precedência quanto ao fenótipo; além disso, a maioria dos negros era de escravos, e a maioria dos índios não, o que dava a estes últimos uma nítida vantagem em termos legais. Mas nas relações diretas entre negros e índios, geralmente os índios é que estavam em posição subordinada.

A. Algumas configurações gerais



B. Classificação das categorias

1. Classificação pela posição relativa nas organizações espanholas:	2. Classificação por fenótipo (do ponto de vista espanhol):
Espanhol	Espanhol
Mameluco	Mameluco
Mulato	Índio
Negro	Mulato
Índio-entre-espanhóis	Negro
Índio da comunidade	

*O termo “hispanicos” é o nosso equivalente ao termo excessivamente etnocêntrico *gente de razón*, “gente racional”, usado para não-índios.

Figura 7. Configuração geral e categorias de classificação da hierarquia étnica da América espanhola no período colonial maduro.

Os tipos mestiços, que constituíam o principal acréscimo ao esquema étnico original, falavam espanhol e pertenciam ao mundo hispânico, embora mais para a periferia. Eram o novo grupo marginal, e assumiam um papel cada vez maior nas áreas de habilidades manuais específicas, comércio varejista e supervisão direta dos índios. Anteriormente, essas atividades haviam sido dominadas por espanhóis recém-chegados, estrangeiros europeus e negros, já que estes eram os habitantes marginais espanhóis no período da conquista. O princípio continuou o mesmo; as funções intermediárias iam para os mais recentes e que eram etnicamente diferentes dentro do setor espanhol, mas os tipos de pessoas que se encaixavam nesta definição tinham se multiplicado e tudo ficou confuso. Todos os tipos intermediários tinham muito em comum, e constantemente se misturavam e assimilavam-se uns aos outros; mamelucos, mulatos e negros (em outras palavras, todos os que não eram considerados espanhóis nem índios) formavam, em certo sentido, uma única categoria intermediária, e como tal eram às vezes chamados de *castas*. A confusão não envolveu apenas o fato de que vários tipos étnicos podiam desempenhar o mesmo papel e que muita gente de cada tipo tinha funções mais altas ou mais baixas na escala do que a considerada "típica" de sua categoria; além disso, uma parcela desconhecida e impossível de ser avaliada, em especial pessoas que biologicamente eram mamelucas, escapavam completamente a sua categoria étnica, ou seja, eram incluídas em outra diferente. Crianças mamelucas reconhecidas e criadas por seus pais espanhóis de boa posição (principalmente quando não havia prole legítima) podiam ser aceitas simplesmente como espanhóis, com um certo desconto, é verdade. Era padrão comum um espanhol casar sua filha mameluca (não considerada como tal) com um de seus subordinados. Na verdade, a aceitação de mamelucos como espanhóis era tão comum que nos registros eles parecem ser muito mais raros do que realmente eram; os mamelucos nunca conseguiram muita solidariedade coletiva, e durante a maior parte do período maduro os mulatos e negros tinham um perfil muito mais definido como grupo.

A imigração proveniente da Espanha continuou a desempenhar papel importante na formação e na dinâmica da sociedade nas Índias Ocidentais. Assim como na definição da marginalidade, o mecanismo e o sabor da imigração permanecem constantes, ao mesmo tempo em que as diferenças étnicas nascidas do próprio funcionamento do processo se complicam e chegam a alterá-lo. No período da conquista, a imigração era, primordialmente, um caso de espanhóis sediados nas Índias Ocidentais que atraíam para si parentes e conterrâneos; os recém-chegados muitas vezes já tinham contatos para conseguir ajuda, mas, ao

mesmo tempo, tinham uma condição inicial inferior como novatos numa sociedade que prezava e recompensava a antiguidade. No entanto, duas ou três gerações depois da conquista os recém-chegados não estavam mais simplesmente se introduzindo entre aqueles que os haviam precedido em alguns anos, mas eram pessoas nascidas na Espanha que atuavam num setor espanhol local composto de membros que, em geral, haviam nascido na América. Em outras palavras, onde antes houvera apenas velho e novo, agora havia o que hoje muitas vezes se chama de "crioulo" e "peninsular".

O que é importante ter em mente quanto a esta divisão étnica dentro do setor espanhol é que se dava muito pouca importância a ela na época. No século XVII ninguém era ainda chamado de "peninsular", e "crioulo" era, então, apenas um apelido desabonador, exceto quando usado para negros nascidos fora da África ou na frase *criollo de ...*, ou seja, "nativo de" um determinado lugar, o que podia ser dito de pessoas de qualquer origem étnica, inclusive de índios. Os dois componentes do setor espanhol eram considerados igualmente "espanhóis", sem distinção de categoria étnica e não tão bem diferenciados quanto à função na sociedade. O papel do "espanhol" era essencialmente unitário; o imigrante trazia renovação e crescimento, mas seu empenho era unir-se aos espanhóis locais já estabelecidos em certas funções sociais e econômicas. Não se pode dizer que um componente estivesse geralmente acima ou abaixo do outro. Embora alguns imigrantes chegassem como altos funcionários e comesçassem já pelo topo, até mesmo eles eram forasteiros desejosos de se entrosar; era muito mais comum, de qualquer forma, o caso do jovem que começava de baixo, o parente pobre que podia ou não ter sucesso. Alguns tornaram-se mercadores poderosos e entraram para as fileiras das famílias mais antigas de proprietários de terras; outros continuaram como pequenos fazendeiros ou comerciantes, ou menos ainda.

Tanto o número crescente de pessoas de ascendência mista nativas das Índias Ocidentais quanto o fluxo contínuo vindo do exterior, quer da África quer da Espanha, fizeram com que o setor espanhol nas Índias crescesse constantemente em tamanho e complexidade, principalmente nos níveis médio e baixo. No entanto, embora possa ter havido tensões e confusão, as categorias e classificações étnicas essenciais ainda eram válidas, e a estrutura geral de um sistema de dupla sociedade, espanhola e índia, persistiu durante o período colonial maduro.

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA ESPANHOLA LOCAL

A expansão social e étnica do mundo espanhol teve conseqüências econômicas de longo alcance. Com cada vez mais gente de cultura hispânica disponível para preencher posições intermediárias, foi possível formar e pôr em funcionamento à maneira espanhola mais tipos de organizações econômicas do que antes, e esta mesma gente representava um mercado local ampliado para as mercadorias de tipo espanhol. Juntamente com a possibilidade de maior produção em estilo europeu veio também o incentivo para isso. A orientação básica permanecia voltada para a Europa; só houve o afluxo de grande número de espanhóis para aquelas áreas que dissonham de bens que pudessem ser negociados diretamente com a Europa, ou seja, nos mesmos lugares em que os efeitos da contínua imigração e mistura de raças foram sentidos mais rapidamente. A economia local permaneceu secundária devido ao fato de que o objetivo principal de toda a atividade espanhola local era conseguir prata; não havia razão para aumentar a produção de carne ou trigo se os mamelucos, mulatos e índios hispanizados, que desejavam tais produtos, não podiam pagar por eles. Por outro lado, no caso de muitos tipos de produto, todos os que podiam comprar mercadorias européias faziam isso, e só nos lugares onde a necessidade dessas mercadorias combinou-se à incapacidade de pagar o alto preço da importação é que a produção local tornou-se viável. Os mercados estavam nas capitais, nas minas e ao longo das rotas principais; e nesses lugares a produção comercial local era mais intensa; quando áreas mais remotas participavam, era sempre com produtos que visavam à rota principal.

O crescimento espanhol foi decisivo para o desenvolvimento local, mas o que acontecia no mundo índio não era menos importante. Durante o período da conquista, nas áreas centrais, uma grande quantidade de índios podia ser mobilizada através de suas fortes cidades-estado e do mecanismo bem lubrificado da *encomienda*, de modo que alguns tipos de produção comercial podiam continuar com um máximo de mão-de-obra braçal e um mínimo de mão-de-obra especializada. No período maduro, como já vimos, até mesmo nas áreas mais favorecidas o número de índios caíra a uma fração do anterior, a *encomienda* perdera a maior parte de sua força de trabalho e até mesmo as comunidades indígenas estavam perdendo um pouco de sua capacidade de comandar seus membros. Assim, todos os tipos de empreendimento espanhol foram obrigados a usar uma proporção maior de mão-de-obra permanente, intensiva ou especializada. Do outro lado da moeda, o dinamismo cultural não se limitava à

parcela do povo com origem étnica mestiça. Os índios também adquiriram necessidades espanholas e somaram-se ao mercado, embora na maior parte do período maduro apenas os índios urbanos tivessem dinheiro suficiente para serem levados em conta no esquema mais amplo. Sempre que os índios, como um grupo, ganhavam o bastante para representarem um mercado expressivo em termos monetários, até mesmo seus itens tradicionais de consumo se tornavam alvo de empreendimentos de estilo espanhol. Os produtores espanhóis açambarcaram aos poucos a coca, o milho e o pulque quando se tornaram lucrativos em determinado período e lugar. Alguns destes produtos, dos quais o cacau é o maior exemplo, deixaram de ser restritos aos índios e passaram a ser consumidos e vendidos entre a população geral.

Propriedades rurais

A mudança isolada mais notável da economia espanhola local foi a multiplicação e a transformação das propriedades rurais em mãos espanholas, ou, dizendo de outro modo, a mudança da *encomienda* para a *hacienda*, ou de propriedades baseadas formalmente em direitos de tributos e mão-de-obra para aquelas baseadas formalmente na posse da terra. A *hacienda*, em oposição à *encomienda*, é um dos marcos do período maduro. As áreas remotas mantiveram o domínio das *encomiendas* até bem depois, às vezes até às vésperas do século XIX, quando as características do período maduro tornaram-se concretas para aquela região específica.

Os fatores que impulsionaram a evolução estavam relacionados ao tamanho do mercado, à quantidade de gente e aos atributos culturais dos segmentos da população. No entanto, a continuidade e as mudanças específicas podem ser expressas de forma mais tangível em termos de terra e mão-de-obra (ou trabalhadores). Com já foi mencionado, no período da conquista as propriedades maiores e mais numerosas que canalizavam os produtos rurais para as cidades espanholas estavam associadas a *encomiendas*, mas nestes empreendimentos apenas os tributos e direitos sobre o trabalho dos índios estavam necessariamente vinculados à concessão da *encomienda*. Qualquer espanhol podia requisitar um pedaço de terra, e muitos dos que tinham posição permanente na economia local logo começaram a fazê-lo, quer fossem artesãos, pequenos empresários de outro tipo, ocupantes de cargos políticos de mandato longo ou parentes de *encomenderos* que começavam a construir para si fortunas independentes. Muito antes do término do século XVI, as concessões de terra dos *encomenderos*, es-

pecialmente ao longo das rotas principais, constituíam a minoria das estâncias (grandes extensões destinadas à criação de gado), *caballerías* (áreas de criação intensiva) e *chácaras* (termo oriundo do quéchua usado na América do Sul para designar qualquer um dos dois tipos anteriores de propriedade de terra, quase sempre o último). À medida que diminuiu o poder da própria *encomienda*, e mesmo quando as *encomiendas* voltaram para a coroa, todas essas terras, pertencentes ou não a *encomenderos*, continuaram a produzir, e expandiram-se para alimentar a crescente população hispânica; os principais produtos dos empreendimentos hispânicos eram europeus desde o início — carne de animais europeus, trigo e outros cereais, legumes e frutas da Europa. As propriedades tinham os mesmos donos de antes: os complexos maiores pertenciam a importantes moradores da cidade, com administradores ou mordomos que cuidavam do funcionamento prático, e as propriedades menores, a um dono que nelas morava e que podia ser seu próprio administrador. Em ambos os casos, a gente pobre da periferia do mundo hispânico supria, como antes, a supervisão de nível inferior, e índios parcialmente hispanizados, sucessores dos naborías e ianaconas do período da conquista, formavam, em muitos casos, uma estrutura permanente de pessoal operacional.

Mesmo quando podemos começar, no século XVII, a considerar a *hacienda*, ou grande propriedade de terras que vende produtos (geralmente de clima temperado) no mercado local, como forma predominante de empreendimento agrícola nas áreas principais, ela podia ser tudo menos um sistema fechado ou uniforme. Na verdade, no século XVIII ainda se fazia pouca menção a *haciendas* propriamente ditas; podiam ser chamadas ainda de estâncias, ou eram deixadas sem nome, como entidades amorfas, ou recebiam uma denominação composta especial (*hacienda de labor* era um termo usado para fazendas de trigo, mas a parte da “hacienda” não significava o que hoje entendemos pelo termo, como se pode ver pela forma paralela comum *hacienda de minas*, ou refinaria de prata). Suas terras eram tão diversas quanto sua origem. Tendo passado a existir gradualmente por meio de um processo de acumulação voltado para a capacidade do mercado local e não por meio de alguma rápida tomada de terras, em poucos casos elas eram inteiramente contínuas. Como os primeiros locais concedidos foram escolhidos por sua especial fertilidade, relativa ausência de povoação indígena concorrente ou coisa semelhante, eles ficavam muito afastados uns dos outros. Quando um proprietário, encomendeiro ou não, começava a acumular terras, conseguia concessões adicionais por intermédio de parentes ou prepostos, ou comprava locais já de propriedade de pessoas não tão bem

equipadas quanto ele para utilizá-las; em ambos os casos, cada lugar era escolhido mais por suas qualidades favoráveis do que por ser imediatamente adjacente a outros. Quando o processo se aproximou de sua conclusão provisória, cada grande *hacienda* era constituída de um núcleo de prédios, inclusive algumas moradias (mudança importante desde o período da conquista), mais uma série de estâncias e *caballerías*, cada uma com denominação distinta, geralmente com fácil acesso entre elas, mas que não formavam, de maneira alguma, um bloco contínuo (ver a Figura 8).

Geralmente, misturadas entre elas e a seu redor havia propriedades individuais menores pertencentes a hispânicos e grande quantidade de terra mantida por cidades indígenas. Nenhuma delas tinha qualquer conflito especial com a *hacienda*, a menos que um produto especialmente lucrativo ou situação favorável de mercado tornassem desejável o uso intensivo de cada polegada de terra disponível, o que raramente acontecia. Em vez disso, as terras dos índios alimentavam gente que só era necessária por períodos curtos para o trabalho na *hacienda*, e cuja manutenção permanente seria um fardo econômico. Da mesma forma, as propriedades menores pertenciam a mamelucos e mulatos que residiam permanentemente na área e eram por eles cultivadas, e dessas fileiras viam muitos dos empregados de nível intermediário da propriedade maior. A natureza retalhada da terra da *hacienda* servia bem às necessidades dos proprietários. Eles não precisavam tratar a miscelânea que possuíam como uma unidade inviolável. Em vez disso, podiam vender os pedaços menos necessários em tempos difíceis, negociar e manipular à vontade as partes na busca de um equilíbrio melhor e, principalmente, podiam distribuir com mais facilidade as diversas unidades para atender às exigências de vários herdeiros. A divisão da herança nem sempre significava o desaparecimento da maior unidade ou da fortuna da família, já que, em geral, o herdeiro mais poderoso comprava a parte dos outros, ou todos os herdeiros permitiam ao mais capaz ou mais velho operar a unidade como antes, no interesse de todos.

Assim, as mudanças, as vendas e subdivisões freqüentes e a existência de propriedades de vários tamanhos eram características da posse de terras no período maduro. Quando o mercado local era fraco, haveria predominância numérica de empresas menores e instabilidade marcante da propriedade, que durariam indefinidamente no futuro; a área de Oaxaca é um exemplo conhecido. No entanto, quando determinada região tinha uma forte posição de mercado e denso povoamento espanhol, em seu devido tempo chegaria a um ponto de relativa consolidação. A maioria das melhores terras estaria em uso, muitas gran-

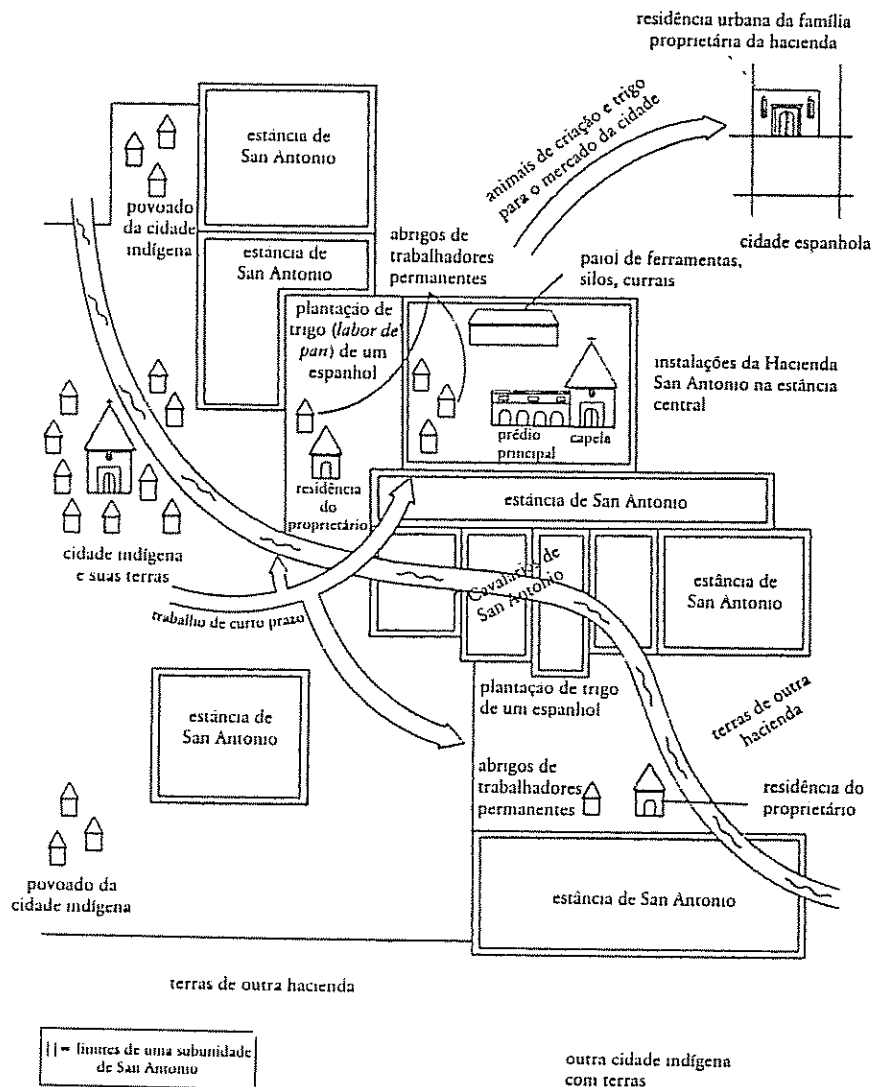


Figura 8. Esquema de *hacienda* numa das áreas centrais do período maduro: a fictícia "Hacienda San Antonio" em seu contexto.

des propriedades se teriam tornado contínuas; grandes proprietários, pequenos proprietários e cidades índias fariam maior pressão entre si, e acordos informais não seriam mais suficientes. Neste estágio, haveria um movimento para o esclarecimento definitivo da titularidade da terra. Poucos dos aglomerados tinham direito explícito às terras, se é que algum o tinha; em geral havia violações de diretrizes, como a que cada pessoa só podia receber uma concessão, ou que as concessões deviam ser utilizadas por determinado número de anos, ou não poderiam ser vendidas antes de um certo período, ou teriam de se destinar a objetivo específico. Pode ter havido compras de terras de índios, como indivíduos ou corporações, que eram tecnicamente inválidas sem a aprovação específica das autoridades espanholas, e essa aprovação nem sempre existia. Nada era mais comum que um proprietário que expandia sua atividade além da área estrita de sua concessão, segundo a necessidade ou até esbarrar em interesses rivais. Na verdade, muitas famílias vinham cultivando a terra durante gerações sem nenhuma concessão, já que desde o início a prática comum era começar a criação de animais e a construção de abrigos e só depois requisitar uma concessão, talvez quando houvesse o temor de que outra pessoa pudesse desejar aquela terra.

O centro do México, área dominada pelos grandes mercados da Cidade do México e de Puebla, passou pela fase de verificação dos títulos de terra, conhecida como *composición* (composição), em dois períodos durante o século XVII. Os títulos que davam direito à terra, apesar de frágeis, foram revistos pelas autoridades; se houvesse histórico de posse pacífica e os vizinhos não se opusessem com ferocidade, a confirmação era certa, por meio do pagamento de uma taxa. O processo propriamente dito variava pouco de um lugar para outro, mas a rapidez dependia das condições locais, e a composição ocorria sempre que a povoação fosse bastante densa e o valor da terra tivesse subido o suficiente para justificá-la. Algumas partes do norte do México só passaram por ela no final do século XVIII, e havia partes distantes das áreas centrais onde ela jamais ocorreu durante todo o período colonial.

Do ponto de vista da propriedade da terra, o empreendimento agrícola espanhol mostra uma evolução simples e direta. De início havia poucas estâncias, correspondendo ao pequeno mercado espanhol, principalmente nas mãos dos espanhóis mais ricos e inseridos de modo permanente na sociedade local; depois, com um setor espanhol mais alentado, maior quantidade de espanhóis ricos e um mercado maior, as estâncias se multiplicaram e foram parcialmente agregadas em unidades maiores que chamamos de *haciendas*. Como o mercado

ainda era muito menor e menos lucrativo do que viria a ser em séculos posteriores, as *haciendas* deixaram muita terra nas mãos de pequenos proprietários e índios.

Mas quando nos voltamos para o lado humano da evolução das propriedades, as complexidades parecem toldar completamente o quadro. Um denominador comum, como a estância, parece não existir; três períodos com diferentes sistemas de obtenção de mão-de-obra parecem suceder-se: os estágios, em primeiro lugar, da *encomienda*, em segundo do *repartimiento*, e em terceiro lugar, da obtenção informal e individual de mão-de-obra (às vezes chamado de estágio da *hacienda*, mas isto provoca confusão porque a *hacienda* era um tipo de propriedade rural e não um sistema de recrutamento de mão-de-obra; as *haciendas* podiam obter trabalhadores de várias formas, entre elas o *repartimiento*). É bom lembrar que a mudança de sistema refere-se quase totalmente aos níveis inferiores da força de trabalho, aqueles que executavam tarefas temporárias ou pelo menos rotativas e, em geral, relativamente não-especializadas, e que, em termos étnicos, eram quase sempre índios. Os empregados permanentes das propriedades foram desde o início selecionados como indivíduos, em geral de maneira inteiramente informal e com certeza fora da estrutura dos sistemas de mão-de-obra por atacado. Estes níveis mais elevados — os trabalhadores permanentes e os vários tipos de supervisores e administradores — mostram uma continuidade direta quanto ao seu papel e forma de emprego e tendências dinâmicas igualmente diretas: crescimento em números absolutos e em relação ao total de trabalhadores das propriedades, correspondendo ao crescimento geral do mundo hispânico, de etnia cada vez mais mestiça, correspondendo às tendências sociais gerais já mencionadas.

Voltando aos sistemas de mão-de-obra temporária, que tendências e motivações podemos encontrar em sua evolução? A *encomienda*, em seus antigos e melhores dias, garantia a um único espanhol, o *encomendero*, o monopólio vitalício da utilização de mão-de-obra temporária indígena numa determinada região. O *repartimiento* posterior dividiu a mão-de-obra indígena temporária por períodos curtos entre todos os empreendedores espanhóis locais, mais ou menos de acordo com suas necessidades. Em ambos os sistemas o trabalho era executado pelos índios como uma taxa ou imposto e era prestado aos espanhóis por meio dos mecanismos de trabalho rotativo das comunidades corporativas indígenas. O mecanismo final mais parece a ausência de um mecanismo; a mão-de-obra temporária chegava aos empreendimentos espanhóis de forma inteiramente separada da obrigação tributária, em troca de pagamento

e por simples incentivo monetário ou necessidade econômica. Em vista disso, a principal continuidade em relação aos arranjos anteriores é que os trabalhadores temporários ainda eram, predominantemente, índios que vinham de suas cidades nas mesmas épocas do ano para executar quase sempre os mesmos tipos de trabalho.

Quais são as linhas de inteligibilidade dessas mudanças? A tendência geral é de arranjos individuais, mais flexíveis e de curto prazo, e cada passo avança um pouco mais que os anteriores. Pode-se também observar que o pagamento subia a cada estágio — não que alguma vez tenha chegado a ser alto, porque o trabalhador temporário sempre foi o mais mal pago. Mas para a mão-de-obra da *encomienda* não costumava haver nenhum pagamento; para a mão-de-obra do *repartimiento*, havia pelo menos alguma coisa para garantir o sustento; e para a mão-de-obra sob acordos individuais, o suficiente para motivar o trabalhador a participar. No final, o movimento tendia para arranjos menos institucionalizados e mais informais, com menor participação do governo espanhol e das corporações indígenas, mas esta foi uma tendência em ziguezague, já que o *repartimiento* exigia o mesmo papel dos governos indígenas e, na verdade, aumentou a atividade por parte do governo espanhol.

E o que provocou as mudanças? No período de desenvolvimento total da *encomienda* havia um certo equilíbrio, pois os *encomenderos* recebiam a maior parte da mão-de-obra em grande escala e ao mesmo tempo possuíam a maioria das estâncias. O desequilíbrio surgiu quando um número cada vez maior de pessoas que não eram *encomenderos* tornaram-se donos de estâncias; ainda que tivessem direito explícito às terras e pudessem pagar trabalhadores permanentes, não tinham acesso garantido à mão-de-obra sazonal. Durante algum tempo o sistema de *encomiendas* pôde ajustar-se: os *encomenderos* cediam gratuitamente a mão-de-obra a parentes, amigos e compatriotas e, em vista do grande volume disponível, alugavam-na por preço baixo para outras pessoas; ou então os não-*encomenderos* evitavam o *encomendero* e podiam até certo ponto, contratar mão-de-obra com as autoridades índias. Mas esses métodos só funcionaram enquanto os *encomenderos* representaram a grande maioria dos proprietários de terras espanhóis e os trabalhadores índios eram numerosos a ponto de haver excedentes. Ambas as condições deixaram de existir no decorrer do século XVI, à medida que os proprietários que não eram *encomenderos* proliferavam e a população índia diminuiu. Os *encomenderos* não podiam mais ser tão generosos, e passaram a negar aos outros a mão-de-obra temporária ou cobravam por ela um preço proibitivo.

O resultado inevitável foi a subdivisão: a alocação por curto prazo de mão-de-obra indígena a todos os espanhóis que dela precisassem, em outras palavras, o *repartimiento* ou mita, como era chamado na área andina por causa do sistema indígena de trabalho rotativo. A questão mais intrigante, à primeira vista, é por que o sistema de *repartimiento*, em tantas áreas e especialmente naquelas com a maior afluência de espanhóis, só floresceu por um período relativamente curto no início do período maduro e logo deu lugar aos arranjos informais para a maioria dos tipos de trabalho temporário, embora tenha sido mantido com freqüência na mineração, quando havia minas ao alcance da população indígena, e também nas obras públicas. No centro do México esteve em pleno funcionamento desde 1560 até 1620. Parte de sua natureza insatisfatória tinha a ver com a fraqueza dos meios institucionais para sua execução. Um funcionário rural de mandato curto, nível inferior e mal pago, nomeado como juiz para receber e distribuir os índios, não tinha a autoridade e a estabilidade dos *encomenderos*. Talvez não conseguisse fornecer a cota esperada de mão-de-obra ou, mesmo que o fizesse, provavelmente concederia uma parte grande demais para aqueles que estavam em melhores condições de prestar-lhe algum favor. E as corporações de índios não só tinham menos trabalhadores do que antes para enviar com também parte de seus mecanismos internos vinham se enfraquecendo ou evoluindo, e muitos de seus membros haviam se tornado semidependentes de espanhóis e conseguiam, assim, evitar a obrigação de pagar tributo em trabalho. Os usuários espanhóis da mão-de-obra do *repartimiento* não só podiam receber a qualquer momento uma cota menor do que esperavam, como sua necessidade flutuava de tal forma que nenhum dispositivo institucional de fornecimento de mão-de-obra poderia ser totalmente adequado. Além disso, o sistema, com trabalhadores praticamente não-pagos que mudavam quase semanalmente na maioria das situações, fora calculado para produzir empregadores insensíveis e trabalhadores desmotivados e sempre sem treinamento. Desde o início os empregadores tiveram de contratar mão-de-obra temporária suplementar de vez em quando; tinham muito a ganhar se pagassem apenas um pouquinho a mais, estabelecessem relações duradouras com trabalhadores ou intermediários e se livrassem completamente do *repartimiento*. Quanto mais faziam isso, mais minavam o sistema, até que ele entrou em colapso. Ou seja, entrou em colapso no centro do México e em algumas outras regiões. Mas manteve-se forte, durante todo o período colonial maduro, no centro dos Andes, onde a penetração espanhola no interior do altiplano foi mais limitada pela geografia e onde a tradição anterior à conquista de pagamento em trabalho rotativo era, sem dúvida, mais

forte do que em qualquer outra cultura indígena. A Guatemala também manteve o *repartimiento* por mais tempo do que o centro do México, e este tendia a ser o padrão nas outras áreas distantes das rotas principais, onde não havia população hispânica numerosa vivendo cara a cara com os índios para subverter o sistema.

Assim, as *haciendas* do período maduro tinham uma força de trabalho permanente que, embora maior que a das propriedades do período da conquista, era ainda minoritária se comparada com os trabalhadores móveis não-residentes obtidos em certas épocas por meio do *repartimiento* ou, cada vez mais, por meio de acordos voluntários individuais. Nos níveis intermediário e inferior, as propriedades menores dessa época tinham o mesmo tipo de força de trabalho das maiores. Da grande quantidade de mecanismos em mudança surge uma outra tendência de longo prazo, a proporção cada vez maior da mão-de-obra permanente em relação à temporária, o que também representa a hispanização tanto do sistema de mão-de-obra quanto dos trabalhadores. É importante lembrar que o ritmo desta evolução era tão lento quanto os processos de aculturação e de crescimento das cidades que o causaram. Pode-se imaginar que esta tendência prosseguiu até o período nacional, chegando finalmente à maioria de trabalhadores permanentes em algumas regiões de atividade econômica mais intensa no final do século XIX. O aumento dos trabalhadores permanentes ocorreu à custa dos trabalhadores temporários não só em termos estatísticos; a força de trabalho permanente era, na verdade, recrutada em meio aos trabalhadores temporários, e esta última com o tempo foi-se tornando mais parecida com a primeira, não só em tipo de contrato e de remuneração como também de outras maneiras. Na verdade, toda a evolução da mão-de-obra pode ser concebida em termos de mudanças na proporção de elementos presentes desde o início e que coexistiam entre si.

Os tipos de organização e as tendências que examinamos não se limitam às propriedades agrícolas. Variantes próximas destes modos e tendências serão encontradas sempre que os espanhóis produzem para o mercado, inclusive na mineração e nas empresas têxteis, como veremos. A proporção de trabalhadores permanentes cresce primeiro nos lugares onde a empresa é mais técnica e mecanizada. Entre os setores da agricultura, a indústria do açúcar está no topo da escala, e embora os engenhos da América espanhola, que atendiam principalmente ao mercado local, não pudessem pagar uma força de trabalho formada exclusivamente de escravos, como os engenhos exportadores do Brasil, tinham mais escravos, técnicos e trabalhadores permanentes residentes do que seria

normal numa *hacienda* de criação de gado e cultivo de trigo. Empresas dedicadas exclusivamente ao gado tinham pouca necessidade de trabalhadores temporários; com o tempo, a pura criação de gado passou a gravitar na orla das áreas centrais, em pastos que, de qualquer forma, não dispunham das cidades de índios sedentários, que eram a principal fonte de mão-de-obra temporária.

Estamos agora preparados para enfrentar uma questão que ocupou boa parte da atenção de historiadores dos primórdios da América espanhola: a do “peão de dívida”. Há apenas quinze ou vinte anos, os estudiosos sentiram que este peão de dívida (de onde veio o termo não se sabe, já que não foi usado durante o período colonial e *peón*, sozinho, significava exatamente o oposto, um trabalhador temporário) era tão importante no quadro da mão-de-obra do período maduro quanto a *hacienda* para a posse da terra no mesmo período. Achava-se que o trabalho da *hacienda* era executado principalmente por pessoas que moravam na propriedade, forçadas a ali ficar por causa de dívidas com o proprietário que nunca podiam ser pagas. Alguns estudiosos ainda sustentam este ponto de vista. Outros, entre os quais nos incluímos, vêem apenas um aumento gradual da força de trabalho permanente num contexto de mão-de-obra temporária mais barata possível. Não há dúvida de que os trabalhadores permanentes eram mais bem pagos e tinham mais benefícios adicionais do que os temporários. Também ficavam em posição mais elevada em relação ao mundo hispânico e quase sempre estavam em situação de dar instruções aos trabalhadores temporários. Parece-nos que os proprietários tentaram reduzir ao mínimo o número de trabalhadores residentes que mantinham em vez de tentar sempre mantê-los e conseguir mais; por outro lado, em geral não havia necessidade especial de obrigação legal nem coação para garantir a estabilidade de gente que já gozava de posição melhor, pelo menos por critérios materiais, do que a principal alternativa disponível. E mesmo nos lugares onde pode ter havido desejo de manter os trabalhadores, só a obrigação de pagar dívidas não conseguiria isso, porque no campo mal policiado eles iam embora quando quisessem, como mostram muitos testemunhos. Já que a necessidade de trabalhadores permanentes costumava coincidir com a lucratividade, muitos empregadores podiam satisfazer esta necessidade com o oferecimento de salários um pouco maiores do que os pagos no resto da economia por trabalho semelhante, ou com a compra de escravos africanos. A tentativa de usar dívidas como mecanismo de fixação é mais provável em áreas sem população índia sedentária ou onde o trabalho especializado só produzisse pouco lucro.

Obrajes

Na verdade, muitas vezes a baixa lucratividade era característica do ramo da economia que vamos examinar a seguir, a fabricação de tecidos, feita em empreendimentos chamados *obrajes* — palavra que significa estabelecimentos mais ou menos industriais de qualquer tipo, mas que na verdade foi adotada inteiramente pelo principal exemplar daquele tipo de atividade nas Índias Ocidentais espanholas. A função dos *obrajes* era paralela à das propriedades rurais; estas alimentavam a sempre crescente sociedade espanhola local com alimentos de estilo europeu volumosos demais para serem importados, e aqueles vestiam o mesmo grupo com trajes de estilo europeu que não tinha condições de comprar na metrópole. Ainda assim, as propriedades rurais eram muito mais importantes; era impossível trazer muita comida pelo oceano, com exceção de vinho e alguns condimentos, mas a roupa era muito mais compacta e fácil de transportar, e boa parte do que se necessitava podia ser e era trazida da Europa, e constituía o maior item de exportação espanhola para as Índias. Sem o grande reservatório de força de trabalho treinada da Europa e sem os materiais tradicionais originais, os produtores das Índias Ocidentais não tinham condição de competir diretamente. Só podiam ganhar onde não havia capacidade de comprar o caro pano europeu, e funcionavam na margem entre a necessidade de tais tecidos e a capacidade de pagar por eles. Com a diferença de qualidade veio a diferença de prestígio; todos prezavam mais o pano europeu (*ropa de Castilla*) do que o tecido nativo (*ropa de la tierra*; os produtos dos *obrajes* recebiam o mesmo nome dos tecidos indígenas do período da conquista). A produção têxtil local seria, assim, em grande parte para os pobres ou, no máximo, para ser usada como alternativa pelos mais abastados. Mas os *obrajes* não tinham monopólio nem sobre este mercado, porque a produção artesanal e doméstica ficava com boa fatia dele. Assim, a posição do *obraje* era precária na época e sempre bastante limitada.

Os *obrajes* começaram a aparecer bem no finalzinho do período da conquista, mas seu florescimento teria de esperar até que sua clientela especial — mestiços, espanhóis pobres nativos e índios urbanos — se tornasse um elemento expressivo e passasse de população com considerável poder de compra. Da mesma forma, levou algum tempo até que a população de ovelhas crescesse da quase raridade a uma situação, na prática, de superprodução; mas antes do término do século XVI, a lã, em muitos lugares, tornou-se tão barata, que as principais despesas envolvidas em sua compra eram a tosa e o transporte. No século XVII

as condições se concretizaram, e os *obrajes* ainda foram ajudados, durante parte desse século, por um certo declínio do comércio transatlântico.

Mas, apesar destas vantagens reais, os *obrajes* tiveram de enfrentar certas desvantagens não características de outros ramos da economia local, cujos resultados foram sentidos nos acordos de mão-de-obra, no tipo de empreendedor envolvido e nas regiões onde a indústria era mais atuante. Como envolvia grande quantidade de máquinas (teares, tanques, pisões) e uma força de trabalho que era, necessariamente, quase toda permanente e especializada, parece que a indústria exigia grande investimento de capital. Mas seu retorno era muito menor do que o de empresas ligadas à economia internacional, e as pessoas voltavam-se para ela na esperança de que pudessem sobreviver com pouco investimento. A maquinaria, feita principalmente de madeira, podia ser construída com uma despesa relativamente pequena. As medidas menos habituais envolviam a mão-de-obra; os *obrajes* tinham de conseguir mão-de-obra permanente mas não podiam pagar pela força de trabalho escravo negro que seria de esperar num tipo de trabalho permanente, intensivo e especializado, nem pagar os salários que a indústria de mineração pagava a seus trabalhadores. O *obraje*, muito antes que muitos outros tipos de empresa, tinha razão para tentar reter seus trabalhadores por qualquer meio disponível. Era prática bastante comum manter todo o estabelecimento trancado, e às vezes os *obrajes* chegaram a empregar mão-de-obra de condenados, servindo como alternativa às raras cadeias. Também costumavam adiantar um ano de salário a um tecelão, para obter o direito legal de mantê-lo até que ele cumprisse sua cota, tornando-se assim um dos primeiros tipos de empresa a recorrer à dívida como mecanismo de manutenção da mão-de-obra (neste caso, auxiliado por trancas e janelas gradeadas). Na região andina, onde a mita anterior à conquista às vezes envolvia o serviço por prazos bastante longos, alguns *obrajes* autorizados recebiam trabalhadores por períodos de seis meses ou mais, forçando o mecanismo de trabalho temporário na direção do trabalho permanente (algo semelhante aconteceu nos Andes com a mineração de prata, como veremos). A coerção era uma solução; outra era reduzir a operação, mantendo-a num nível extremamente baixo, chegando a ter parte da tecelagem feita em casa. As relações humanas podiam variar muito, mas todas as variações tentavam resolver o dilema da necessidade de mão-de-obra especializada em tempo integral sem ser capaz de pagar seu preço corrente.

A natureza secundária ou marginal dos *obrajes* também pode ser vista no tipo de indivíduos que eram seus donos. O proprietário típico era pessoa de origem bastante humilde que de algum modo tinha adquirido riqueza suficiente

para o investimento, mas que não era grande proprietário de terras nem minerador ou mercador importante. No entanto, o sabor plebeu da empresa podia mudar em determinada região se, na estrutura geral da economia das Índias Ocidentais, a produção de tecido fosse a principal fonte de renda da região; em outras palavras, os *obrajes* podiam ser importantes e prestigiados numa situação marginal. Na área de Quito, com índios sedentários mas sem riqueza mineral, os tecidos vendidos no centro do Peru e nas minas de ouro da Colômbia eram o principal produto da região na economia internacional, e, conseqüentemente, as famílias com melhor situação ali entraram no negócio. Em Querétaro, situada ao norte da área de índios sedentários do México mas, extremamente bem localizada na rota que ligava a capital às minas, os *obrajes* tinham tanto necessidade como capacidade de fazer dos escravos negros parte expressiva de sua força de trabalho, indo além do quadro mais comum de um núcleo de mestres tecelões e chefes negros numa maioria de índios (dos quais um grande estabelecimento podia empregar de cinqüenta a cem). Outro lugar onde os *obrajes* pareceram transcender a marginalidade foi Puebla. Aqui, novamente, muitas das famílias mais importantes estavam na indústria têxtil; trabalhadores treinados em Puebla participaram dos primeiros *obrajes* em todo o México, e mesmo depois do fracasso, no século XVI, da tentativa de produzir seda, Puebla continuou a fabricar algumas mercadorias de qualidade relativamente boa. Mas devido a todo o seu sucesso e sua posição central, Puebla tinha lugar especial no cenário mexicano, por ter sido fundada como estação intermediária e cidade sem *encomenderos*.

Embora qualquer área com população espanhola considerável viesse a ter alguns *obrajes*, seu número total nas Índias Ocidentais não deve ter sido muito grande. Estima-se que Quito, que aparentemente apresentava a maior concentração, tinha cerca de duzentos deles no século XVII, e que havia menos ainda no México. Outra área com mais *obrajes* que o normal era Tucumán, no noroeste da Argentina, que vivia de abastecer Potosí.

Demos tanta atenção a uma atividade de limitada importância positiva porque sua problemática ilustra a de toda a produção comercial de estilo espanhol nas Índias Ocidentais. Quer fosse realizada em grandes estabelecimentos, quer tivesse base artesanal, atendia principalmente à parte inferior do mercado hispânico local. Só quando era impossível, ou quase, trazer um artigo da Europa é que os moradores locais enveredavam pelo campo da produção de alta qualidade ou de luxo. Algumas coisas eram volumosas demais para serem importadas, como torres de igreja e mesas de madeira de lei com três metros e meio de comprimen-

to, de modo que encontraremos a arte da construção civil muito bem desenvolvida no período maduro (durante o qual foi construída a maioria das catedrais das Índias Ocidentais) e o trabalho de talha em madeira de alta qualidade sendo realizado localmente, desde mobiliário maciço até coros de igreja e altares. As Índias eram a terra da prata e passaram a ser a do couro barato, e a produção de artigos de qualidade feitos dos dois materiais proliferou. Em todos estes ramos de atividade, desenvolveram-se estilos locais muito individualizados (embora, na construção de catedrais, por exemplo, arquitetos e projetos viessem diretamente da Espanha). Uma indústria que floresceu durante algum tempo foi a construção de navios na costa do Pacífico, por força da dificuldade de os navios europeus dos séculos XVI e XVII tinham de contornar a extremidade sul da América. De início na América Central e depois principalmente na área de Guayaquil, na costa equatorial, estaleiros locais construíram navios para a rota crucial entre o Peru e o Panamá. Mas, no século XVIII, os navios europeus passaram a contornar facilmente o Cabo Horn, e a construção de navios no Pacífico entrou em rápido declínio.

Embora a produção artesanal funcionasse dentro desta mesma estrutura geral, partes dela eram bastante invulneráveis porque envolviam o reprocessamento dos materiais, independentemente de sua origem. Os artesãos proliferaram onde quer que houvesse cidades espanholas, até que talvez a metade ou mais da metade da população urbana economicamente ativa provavelmente dedicava-se a um ou outro tipo de artesanato. Oficinas bem-sucedidas continuavam a aumentar a produtividade com a utilização de grande quantidade de aprendizes e ajudantes; o mestre proprietário geralmente era espanhol ou fazia-se passar por espanhol, e seus subordinados costumavam ser predominantemente membros das castas. No período maduro formaram-se muitas guildas de artesãos, em busca de coesão social para proteger os interesses do negócio como um todo e, principalmente, para tentar manter o predomínio espanhol. Os artesãos espanhóis realizaram um trabalho imenso de aculturação urbana ao treinarem gente de outras origens étnicas em seu trabalho, mas queriam ajuda e não competição, e quando os mulatos e outros começaram a conquistar independência, os que se intitulavam espanhóis usaram as guildas para tentar limitar a posição de mestre e dono de oficina a pessoas da categoria espanhola. Mas o quadro sempre foi variado. Há pouca dúvida de que muitos mestres espanhóis eram biologicamente mestiços e que todos os outros grupos étnicos conseguiram trabalhar de forma independente nos setores menos lucrativos ou prestigiados ou em cidades menores onde havia menos competição.

A ECONOMIA INTERNACIONAL

Vamos agora tratar da economia transatlântica, que se refletia com tanta intensidade na atividade local que viemos estudando, ou melhor, vamos nos voltar para os aspectos dela que aparecem no cenário americano, onde está nosso principal interesse. Embora o setor internacional de importação e exportação empregasse diretamente muito menos gente que o setor local durante o período maduro, ele afetou indiretamente quase todos. Sua estrutura já é conhecida desde o período da conquista — as minas eram o motor econômico básico e forneciam produto de exportação e moeda, enquanto mercadores internacionais importavam mercadorias européias e pagavam-nas com a prata, que então ia para a Europa em troca de mais mercadorias. Mas com o tempo houve grande reorganização e evolução das técnicas, especialmente visível na mineração, que vamos abordar primeiro.

A indústria da mineração de prata

Como já vinha ocorrendo no período da conquista, a prata foi o principal metal precioso das Índias Ocidentais, ultrapassando de longe o ouro em quantidade e valor produzido, e havia apenas duas grandes zonas de produção de prata: o pouco povoado norte do México e o centro-sul frio e elevado dos Andes, principalmente as jazidas isoladas de Potosí. Esta distribuição da indústria torna especialmente difícil uma abordagem genérica, mas ainda assim há algumas importantes características em comum a observar.

Apesar da reputação imerecida de atraso nas técnicas de extração, os espanhóis mostraram ser bastante competentes, operando em grande escala e com eficiência pelos padrões da época, fazendo muitas adaptações empíricas a métodos já estabelecidos que revelam uma engenhosidade que somos tentados a chamar de ianque, e chegaram mesmo a instituir uma grande inovação: o processo de amalgamação. Em Potosí, a comunidade mineira montou uma série impressionante de reservatórios para fornecer a força hidráulica necessária, enquanto no árido norte do México os mineradores espanhóis desenvolveram o que Bakewell chamou de “técnica seca”, e descobriram formas de reutilizar a água e substituir a força d’água por mulas. Até mesmo no período colonial final, quando a Europa já fizera avanços científicos importantes, equipes de europeus do norte enviados para ensinar técnicas de mineração foram incapazes de melhorar os resultados da América espanhola e, na maioria dos casos, sequer de igualá-los.

Os poços das minas podiam, com o tempo, chegar a mais de cem metros de profundidade, e durante todo o período tornaram-se em geral mais profundos e largos. Havia grandes problemas de drenagem e acesso, resolvidos por bombas movidas por mulas e por áditos (poços laterais abertos horizontalmente que se cruzavam com o poço principal). Estes últimos, principalmente, exigiam investimentos em grande escala muito antes de algum retorno, mas em vista da possível magnitude desse retorno, o investimento estava disponível.

Pouco tempo depois da descoberta de qualquer jazida, os depósitos de superfície extremamente ricos davam lugar a outros minérios, ainda ricos de metal, mas que não podiam ser tratados pelo método de fundição usado até então. A solução, descoberta primeiro no México na década de 1550 e depois também adotada no Peru a partir da década de 1570, foi o processo de amalgamação com mercúrio, que, apesar da provável contribuição de alemães e suas idéias, foi desenvolvido, se não literalmente inventado, na América espanhola. O minério era esmagado até chegar a uma consistência fina e a seguir misturado com mercúrio, e lavado depois de um certo período. Britadeiras de pilões, bombas, tanques e muitos outros tipos de equipamento eram necessários, o que levou à criação de uma entidade separada da operação do poço e localizada, geralmente, a alguma distância dele, perto de uma fonte de água corrente — a refinaria. As instalações de uma mina provavelmente teriam em seu núcleo uma série de refinarias ao longo de um rio, com o resto dos elementos necessários a uma povoação espanhola aglutinado em volta delas de forma um tanto caótica e segundo as necessidades. A refinaria, freqüentemente chamada de engenho em Potosí e de *hacienda de minas* no México, era a verdadeira sede de cada empresa de mineração, um complexo fechado de construção sólida que, em muitos casos, abrigava o proprietário, além de numerosa equipe técnica — que dirigia os vários passos do processo — e um grupo de trabalhadores especializados.

A estrutura da indústria, em duas partes, poderia permitir a separação radical entre o negócio de mineração e o de refino, mas isso raramente ocorreu, exceto durante curtos períodos de transição. A refinaria, na verdade, era o centro de uma propriedade, não muito diferente da *hacienda*, e se distinguia desta nos aspectos determinados pela alta lucratividade, pelo risco, pela intensidade do trabalho e pela sofisticação tecnológica da extração de prata. A supervisão atenta e a capacidade técnica eram vitais; em geral o proprietário vinha diretamente do meio mineiro, permanecia em ação como supervisor no cotidiano em vez de confiar num administrador, e morava na refinaria ou perto dela. Pessoas que em outros setores seriam humildes chefes de mão-de-obra eram aqui mais

influentes, recebiam melhores salários e eram mais numerosos em termos proporcionais; o *azoguero* (responsável pelo mercúrio), que dirigia o ritmo e a mistura da amalgamação do minério, era, em muitos aspectos, a pessoa mais importante de toda a empresa, capaz de, com suas decisões, dobrar ou reduzir à metade o lucro. Trabalhadores permanentes e especializados eram muito mais numerosos no negócio de mineração do que numa *hacienda* comum. Em última análise a indústria tendia a ter *todos* os trabalhadores em regime permanente, mas em algumas situações a mão-de-obra temporária continuou a ser importante, como veremos, e em todo lugar havia a distinção entre trabalhadores mais especializados da refinaria e mineiros que trabalhavam no poço, menos especializados e de maior rotatividade.

O funcionamento de uma mina de prata também era parecido com o da *hacienda* por sua integração, já que combinava não só a refinaria e a mina propriamente dita como também, na medida do possível, empreendimentos de apoio, como fornecimento de carvão, criação de mulas e produção de alimentos, cada um deles uma unidade semi-isolada, todos espalhados numa área considerável mas sob administração unificada e com pessoal circulando entre as várias partes do conjunto. Mas se uma *hacienda* “normal” sofria mudanças consideráveis, freqüentemente perdendo ou ganhando partes ou mudando totalmente de mãos, a propriedade mineira era ainda mais propensa a ser relativamente efêmera, por causa da natureza do negócio, de crescimento e colapso rápidos. Ainda assim, uma grande mina de prata passava a ser em boa medida de estabilidade geral, e com freqüência durava várias gerações e passava a ser uma municipalidade espanhola em todos os sentidos. Em qualquer época, os principais proprietários de minas, como outros proprietários importantes de suas respectivas localidades, podiam ser convocados para formar os conselhos das cidades mineiras.

Levando em conta que o governo nas Índias Ocidentais era, em geral, relativamente fraco e inativo, pode parecer surpreendente descobrir que a coroa e seus agentes foram um fator importante na indústria extrativa. Por que isso aconteceu? Porque até recentemente as principais atividades de qualquer governo eram as de garantir a situação de seus súditos e arrecadar para si mesmo, e a indústria da prata era maravilhosamente adequada à arrecadação. Na lei, o direito sobre o subsolo era da coroa, que recebia uma parte da produção da mina em troca da delegação de seu direito a indivíduos. Essa parte, chamada o *quinto* (embora pudesse ser reduzida a um décimo ou menos, dependendo da lucratividade das minas em uma localidade específica), era a fonte do grosso da arrecadação recolhida pela coroa em suas possessões americanas, juntamente

com outras rendas ligadas à prata derivadas da venda de mercúrio e da cunhagem de moedas de prata.

Até bem pouco tempo atrás os governos, por não terem abundante mão-de-obra nem numerosos órgãos bem organizados, só podiam funcionar com sucesso em certas esferas limitadas e bem definidas, como na cobrança de tarifas alfandegárias. A produção de prata, limitada a alguns locais restritos durante períodos de tempo relativamente longos, era admiravelmente adequada a esta estrutura. A coroa teve mesmo muita sorte pelo fato de as Índias Ocidentais serem mais ricas em prata do que em ouro, porque a extração de ouro, pulverizada e transitória, era o pesadelo do coletor de impostos. O mercúrio, substância fundamental para o processo de amalgamação, dava ao governo real controle ainda maior. Havia apenas duas fontes importantes de mercúrio no império espanhol: Almadén, na própria Espanha, e Huancavelica, no Peru. Com a extrema concentração geográfica do produto e seu volume total bastante manipulável, a coroa conseguiu fazer do mercúrio um monopólio real e vendê-lo aos mineiros. Estes, assim, dependiam da coroa para um elemento necessário da produção, e ao mesmo tempo os funcionários do governo conseguiam uma avaliação confiável da produção e de possíveis fraudes tributárias, já que havia uma proporção padronizada e conhecida entre o gasto de mercúrio e a produção de prata em qualquer tempo e lugar.

Quando chegamos ao quadro de mão-de-obra, precisamos mostrar o contraste acentuado entre a situação mexicana e a peruana. Como vimos antes, no período da conquista foi impossível usar a *encomienda* e, mais tarde, o *repartimiento* como base da mão-de-obra de curto prazo para o grosso das minas mexicanas, localizadas ao norte da órbita da população de índios sedentários, enquanto no Peru, principalmente em Potosí, aqueles sistemas tiveram aplicação sucessiva em grande escala. Embora as distâncias atravessadas fossem grandes, as minas ficavam na esfera geral dos índios do altiplano, que já estavam familiarizados com a atividade, e a forte tradição andina de trabalho rotativo incluía movimentos através de distâncias relativamente longas e a prestação de serviços por prazo maior.

No México, todo o componente inferior da força de trabalho teve de migrar para o norte de modo permanente e perdeu o contato direto com as cidades do centro do México de onde havia partido. De início, estes migrantes conservaram seu idioma indígena e até mesmo alguma força corporativa transplantada, fixaram-se em subúrbios em torno dos principais locais de mineração segundo divisões subétnicas e puseram sua marca na natureza da organização

do trabalho. Mas eram considerados e funcionavam como naborias, recebiam como indivíduos e dedicavam-se em tempo integral a uma atividade espanhola, mergulhados num contexto espanhol. Com o passar das gerações, não só adquiriram muita experiência em mineração como sofreram forte mistura racial e se aculturaram, dando origem a um tipo social móvel e de idioma espanhol muito diferente do índio rural do centro do México.

Em Potosí, o mecanismo do repartimento, ou alocação de curto prazo e segundo a necessidade do tributo índio pago em mão-de-obra rotativa, foi adaptado para fornecer trabalhadores para cavar, transportar minério e tarefas semelhantes. Como quase todo o trabalho nas minas exigia algum treinamento e habilidade, e como eram grandes as distâncias envolvidas, o prazo de serviço foi ampliado para vários meses, assim como o intervalo entre cada prestação. Esta era a famosa mita (a palavra é um símbolo magnífico da continuidade das práticas andinas de trabalho, já que foi usada primeiro no tempo dos incas para denominar o trabalho rotativo, depois a obrigação paga em trabalho da encomenda e, finalmente, o trabalho no sistema de repartimento; todo este trabalho, nas minas ou não, recebia o nome de "mita" no Peru e nas regiões vizinhas). Denunciada como um flagelo desde o século XVI até hoje, a mita das minas continua mal compreendida tanto em sua mecânica como em seus resultados. No entanto, são suficientemente claros alguns pontos a respeito de seus efeitos gerais sobre a situação mineira andina. A mita funcionou como um cordão umbilical entre Potosí e o vasto campo indígena de Charcas e do sul do Peru, de onde vinham os trabalhadores. Sem dúvida houve muitas repercussões nas cidades e aldeias indígenas; mas o efeito mais visível foi a drástica redução do nível de hispanização dos trabalhadores. Além de só irem para as minas uma vez em vários anos, mesmo quando estavam ali ficavam dentro de unidades de base local, com supervisão local, e o número de trabalhadores da mita era tão grande que deram sua cor a todo o meio. Raramente aprenderam a falar espanhol, se é que chegaram a fazê-lo. Na verdade, sua quantidade nas minas mais ricas das Índias Ocidentais transformou-os num grande mercado, o que deu viabilidade comercial a produtos indígenas muito pouco usados por espanhóis, como o *chuñu** e a coca, o que, por sua vez, empurrou espanhóis para a produção e venda destes itens e criou muitas fortunas numa atividade que, de outro modo, seria margi-

*O *chuñu* ou *chuño* (batata desidratada) era feito de batatas expostas ao ar livre e secas ao sol. Antigos historiadores das Índias Ocidentais chamaram-no de "raízes-passas", por analogia com as passas de frutas. (N. da T.)

nal e pouco compensadora. Os mineiros mexicanos também formavam um mercado, mas não com a mesma dimensão, e voltado principalmente para produtos espanhóis de tipo padrão.

Nas duas situações, uma camada de trabalhadores altamente especializados e mais enraizados, ligados principalmente às refinarias, ficava acima dos cavadores e carregadores, menos especializados e de maior rotatividade; em ambos os casos há boas razões para se acreditar que os especializados eram recrutados entre os não-especializados. Em ambos os casos, os trabalhadores das refinarias incluíam, originalmente, uma parcela expressiva de escravos negros (como sempre, associados a trabalho intensivo e lucrativo) que aos poucos desapareceu, pelo menos como elemento isolado e passível de identificação, diante da crescente superioridade dos especialistas índios ou mamelucos. No caso do Peru, sabemos que muitos trabalhadores da mita ficavam voluntariamente em Potosí quando terminava seu prazo de serviço, apesar dos protestos das autoridades de suas unidades natais; sabemos também que a mita de Potosí permitia aos migrantes forçados um período de tempo livre, e que durante estes períodos eles se empregavam para executar as mesmas tarefas, mas em troca de pagamento melhor. No entanto, a diferença das duas situações no nível inferior se refletia no nível mais alto, já que os trabalhadores especializados de Potosí, em contato com o mundo índio por intermédio dos trabalhadores da mita e renovados constantemente naquela fonte, eram, em cultura e idioma, muito mais índios que seus correspondentes mexicanos. No entanto, até mesmo no caso do Peru havia a mesma forte tendência favorável a trabalhadores permanentes, voluntários e relativamente especializados para assumir um número cada vez maior de funções.

Quanto às tendências globais da produção, o uso da amalgamação e o amadurecimento geral da indústria fizeram com que a curva ascendente do final do século XVI atingisse um pico nas primeiras décadas do século XVII, para o qual o Peru foi o que mais contribuiu. Depois disso, os poços mais profundos, a maior necessidade de drenagem e problemas correlatos começaram a exigir uma escala de operação ainda maior, mais gasto de capital e abertura de novos veios, e tudo isso exigia tempo, e assim, de meados do século XVII até o seu final, houve uma queda da produção, embora não tão acentuada quanto já se pensou nem ligada diretamente ao declínio geral da população indígena, pelo menos não no México, onde o número de trabalhadores envolvidos era pequeno e as duas curvas seguem em sentidos opostos durante muitos anos. Outro fator decisivo para o aumento e a queda da produção foi o fornecimento de mercúrio; quer o fornecimento de mercúrio fosse uma variável realmente independente, quer fosse

conscientemente alocada pela coroa para recompensar a alta produtividade e punir a baixa produção, de qualquer modo o México teve de lutar com suprimentos insuficientes na segunda metade do século XVII, enquanto o Peru, que tinha sua própria fonte, sofreu menos. Depois, no século XVIII, a produção peruana continuou a diminuir por muito tempo, enquanto a produtividade mexicana foi reativada ultrapassando a do Peru num aumento que correspondeu à tendência da produção de mercúrio em Almadén (embora a relação de causalidade não seja inteiramente clara).

Comércio internacional

E o outro grande setor da economia internacional, os mercadores que comerciavam a prata da qual falamos, em troca de mercadorias importadas? Atualmente, os mercadores do período colonial intermediário são muito pouco estudados, e podemos dizer resumidamente o que sabemos ou suspeitamos a respeito deles, e boa parte foi deduzida da comparação dos períodos anterior e posterior, mais conhecidos. Evidentemente, um processo de adaptação ao local — maior envolvimento com a economia, a sociedade e a política locais — estava em andamento, e resultou, entre outras coisas, em maior autonomia dos mercadores sediados nas Índias Ocidentais e seu crescimento em prestígio e posição locais. No início do século XVII as companhias transatlânticas com sede em Sevilha parecem ter-se dividido em duas: as firmas sediadas na Espanha só enviavam mercadorias até os portos americanos, onde outras firmas, com sede na Cidade do México e em Lima, compravam com a prata acumulada desde a última frota as mercadorias para revenda, ou assim parece pelos relatos impressionistas que temos das feiras comerciais realizadas à chegada de cada frota. Os grandes mercadores das capitais dos vice-reinos ainda precisavam manter um alto grau de liquidez, mas, livres da mão pesada de Sevilha, não tinham razões para fugir de investimentos locais.

Era quase inevitável que o tipo predileto de envolvimento mercantil fosse com a indústria de extração de prata, fonte daquela liquidez que constituía a vantagem do grande mercador. Desde o início os mercadores tornaram-se fornecedores, ou *aviadores*, de mineradores individuais, adiantando-lhes mercadorias a crédito e, geralmente, também lhes emprestando moeda para pagar salários em troca do monopólio do abastecimento da mina, o preço mais alto possível por suas mercadorias e, muitas vezes, o direito de ver toda a prata do minerador através da casa da moeda. No final do século XVII, quando a coroa

parou de vender mercúrio a crédito e a necessidade dos mineiros ficou ainda maior, passou a existir um tipo chamado *mercader de plata*, ou mercador de prata, que comprava com desconto a prata ainda não cunhada e pagava com moeda. Esses personagens foram, aparentemente, os principais financiadores da indústria e, provavelmente, também os que mais lucraram com ela. Uma quantidade ignorada de aviadores e mercadores de prata chegou realmente a possuir minas, embora isto pareça ter sido um expediente que, em geral, preferiam evitar. Presume-se que os mercadores de prata fossem os mesmos importadores e atacadistas das capitais de vice-reinos ou seus agentes, mas nem mesmo uma ligação tão básica pode ser considerada absolutamente certa hoje em dia.

Outro ramo do comércio dominado por firmas sediadas nas Índias Ocidentais era a importação de sedas chinesas através de Manilha, que, embora não fosse exatamente um empreendimento local, pelo menos não envolvia a metrópole. Mercadores das capitais das Índias destinavam milhões de pesos de prata, por intermédio de seus próprios empregados e sócios minoritários, à compra de tecidos que vendiam no mercado americano em concorrência direta com os tecidos finos europeus. Outro tipo de comércio exterior, o contrabando com europeus não-ibéricos, estava provavelmente se tornando importante, em especial nas áreas vizinhas ao Caribe, mas o tema é, por sua própria natureza, impossível de estudar. Os importadores também começaram a ter participação ativa na economia inter-regional, de maneira que conhecemos pouco; uma delas era o financiamento de operações dos administradores governamentais de nível inferior em áreas remotas. Outra maneira era a compra, nas Índias Ocidentais, de propriedades de terra que mercadores anteriores haviam desejado comprar na Espanha, embora ainda pelas mesmas razões: fortalecimento do crédito, diversificação e uma base para riqueza e influência familiares duradouras.

Os mercadores das capitais tinham agora uma base institucional local nos Consulados, ou guildas de mercadores, de Lima e da Cidade do México, que reuniam entre seus membros a maioria dos grandes importadores. Nessa época também se encontram mercadores sediados nas Índias que assumem cargos de nível intermediário em seções do Tesouro Real (já que a contabilidade sempre foi o seu forte) e que também adquirem influência sobre outros funcionários ao agirem como seus fiadores, ao passo que no período da conquista estes papéis eram desempenhados principalmente por mercadores de baixo escalão ou empresários não-mercadores.

Este grande envolvimento econômico e político trouxe uma mudança social correspondente; o mercador bem-sucedido começou a pensar em passar o resto

da vida nas Índias, casando-se e estabelecendo ali sua família. Ali também ele podia fazer as doações à igreja que coroavam o nome de uma família, e criar uma capelania ou mesmo doar fundos para a construção de um altar, de uma capela ou de uma igreja inteira. Ainda assim as indicações que temos atualmente parecem mostrar que a grande maioria dos grandes importadores ainda era nascida na própria Espanha; presumivelmente isso aconteceu através de mecanismos que são muito mais conhecidos no final do século XVIII, e vamos examiná-los quanto tratarmos desse período. Assim, o comércio internacional tornara-se semi-integrado ao cenário local em muitos aspectos, mas apenas semi-integrado, e a posição local dos grandes mercadores ainda não chegara ao apogeu que alcançaria no fim do período colonial.

SITUAÇÃO ECLESIASTICA

O clero secular e as ordens

O período maduro viu a finalização da estrutura de bispados, cada um centrado numa grande povoação espanhola, que foi criada durante e logo após a conquista. Em meados do século XVII as catedrais das capitais de vice-reinos e de algumas outras cidades da área central (tais como Cuzco, La Plata, Puebla), haviam se tornado grandes basílicas com abóbadas, com imponentes equipes de dignitários; a grande renda dos dízimos, que refletia o tamanho e a prosperidade da economia daquelas regiões, sustentava tanta magnificência. Os bispados sediados em cidades afastadas das rotas principais, por outro lado, ficavam para trás em todos esses aspectos. Em geral, as entidades eclesíásticas eram mais intimamente entrelaçadas com a população hispânica local do que as instituições governamentais. Os hispânicos locais não só viam os prédios das igrejas como verdadeiros símbolos de suas comunidades, e demonstravam interesse correspondente pela construção e decoração das igrejas, mas realmente ingressavam em grande escala nas organizações eclesíásticas, não só por intermédio de vários tipos de associações leigas como também clericais. Desde a época em que a primeira geração nascida nas Índias chegou à maioria, as famílias importantes passaram a enviar alguns de seus filhos para a igreja. Em geral mostravam preferência pelo clero secular, talvez por ser menos árduo para seus rebentos do que a vida numa das ordens regulares, mas também, com certeza, por causa de considerações importantes relacionadas à estratégia familiar geral.

Enquanto a doação feita por uma família para subsidiar a entrada de um filho numa das ordens era uma perda total, financeiramente falando, os fundos usados para estabelecer um clérigo secular continuavam sob o controle da família; em vez de pagar em dinheiro, a família criava uma capelanía e prometia doar a renda anual de uma de suas propriedades ao filho capelão, tudo sob a direção do patriarca da família como patrono. Além disso, o padre secular era um agente econômico livre e podia ser útil na administração dos negócios da família; podia comprar e possuir propriedades, que acabariam retornando por herança ao resto da família. Não admira, então, que os nascidos na América logo se tornassem maioria no clero secular, e que, quando eram criadas as novas paróquias, elas fossem geralmente entregues a seculares, enquanto as ordens só mantinham as paróquias que já tinham ou, no máximo, faziam aquisições na periferia mais distante. Não se sabe exatamente quando e onde os nativos passaram a ser maioria entre os padres seculares, mas deve ter sido um fenômeno generalizado e precoce, anterior, talvez, ao final do século XVI. Uma pista é que, no segundo quarto do século XVII, quase um terço dos bispos nomeados na América do Sul haviam nascido nas Índias Ocidentais, e isso apesar do fato de que os nativos começavam por baixo, concentrando-se primeiro nos cargos inferiores e mais mal pagos. A partir desse início, passaram aos poucos a dominar todas as posições mantidas por seculares abaixo dos bispados, inclusive os altos postos dos cabidos das catedrais.

As ordens mendicantes também receberam recrutas locais, mas a situação era diferente em dois aspectos: os nascidos na Espanha mantiveram a maioria numérica e os membros nascidos dos dois lados do oceano competiam pelas mesmas posições de mandato curto, como priores e líderes provinciais. Na maioria dos ramos de atividade das Índias Ocidentais, os espanhóis nascidos na Península assumiram papéis marginais que ninguém queria ou começaram por baixo com parentes que os haviam mandado chamar, ou atuavam em esferas normalmente dominadas por eles, como o comércio transatlântico ou os níveis mais altos da hierarquia do funcionalismo. Só entre os mendicantes eles circulavam exatamente no mesmo meio e no mesmo nível dos nativos, o que resultou na formação de dois partidos, na existência de tensões e na palavra *criollo*, ou "crioulo", que apareceu aqui mais cedo do que em outras esferas como rótulo desabonador para os espanhóis locais. No início do século XVII foi necessário instituir a *alternativa*, dispositivo segundo o qual os superiores provinciais eram escolhidos primeiro num partido, depois no outro, um de cada vez; a solução não era propriamente nova, mas originara-se na Espanha como forma de acalmar as facções regionais que ali também eram freqüentes.

Embora as ordens estivessem estagnadas em termos de paróquias e tivessem perdido muito de seu nítido domínio anterior sobre o mundo eclesiástico, também passavam por certo tipo de crescimento e aperfeiçoamento. Os mosteiros localizados em cidades espanholas cresceram em esplendor arquitetônico e quantidade de frades residentes; onde quer que a economia permitisse a consolidação urbana, as ordens começaram a se subdividir e proliferar até haver muito mais mosteiros do que os três ou quatro originais pertencentes aos franciscanos, dominicanos, agostinianos e, talvez, mercedários. Criaram-se conventos de freiras, que cresceram em número e tamanho até rivalizarem com os mosteiros, recebendo quase exclusivamente membros de importantes famílias locais, que pagavam um dote substancial para o sustento de suas filhas e do estabelecimento. Quase sempre havia hospitais associados às novas fundações, tanto mosteiros como conventos. As doações recebidas da população espanhola por todas as instituições monásticas permitia-lhes adquirir propriedades como forma de renda e sustento; normalmente, cada estabelecimento passava a possuir uma propriedade rural de bom tamanho e algumas propriedades urbanas para aluguel. Essas propriedades faziam parte do padrão do cenário, e quanto mais periférica a área, maior a proporção que representavam no total de terras em mãos de espanhóis, mas não dominavam, de modo algum, a posse geral de terras. A falsa suposição de gerações posteriores de que "a igreja" possuía a maior parte da terra vem das capelanias; é verdade que dificilmente uma *hacienda* deixaria de ter pelo menos um encargo eclesial, mas, como vimos, ele deixava as propriedades em mãos leigas, servia a objetivos leigos, sua renda era paga geralmente a membros ou dependentes da família e quase sempre permanecia sob o controle total da família.

Os jesuítas

Um acréscimo do período maduro às ordens regulares foi de tipo tão diferente que quase representou a formação de um novo setor eclesiástico. Os jesuítas, que ainda não existiam como ordem religiosa quando começaram as conquistas, só surgiram com toda a força nas Índias Ocidentais espanholas a partir da década de 1570. Às vezes muito admirados, outras vezes violentamente combatidos, quase sempre no centro de batalhas propagandísticas, os jesuítas foram, muitas vezes, mal compreendidos, vistos como algo sem paralelo, mas sua divergência com o resto do mundo religioso era, em muitos aspectos, menor do que parecia. O elemento mais importante era o tempo. Os jesuítas estavam, em termos

cronológicos, fora da ordem no desenvolvimento das Índias espanholas. Perderam todo o período da conquista, e a época de sua fundação e de grande explosão de energia ocorreu quando a maioria dos outros grupos e instituições passava por um período de lenta consolidação. Tudo isso pouco contribuiu para sua popularidade junto a outros ramos da igreja, que se viram ameaçados e lançados à sombra. O diferencial de tempo também foi importante no quadro mais amplo através dos séculos e nações. As ordens mendicantes eram criações do final da Idade Média, enquanto a organização dos jesuítas era produto de época posterior, com sua maior centralização e, por isso, seu caráter mais internacional, uma época que focalizava ainda mais os negócios seculares; assim, os jesuítas estavam ainda mais distantes da tradição do claustro que os mendicantes, que já não eram puramente monásticos.

Devido a estes antecedentes, a atividade dos jesuítas segue padrões bastante previsíveis. Como tudo o mais no mundo hispânico, os jesuítas concentravam-se nas cidades, principalmente nas maiores, com suas sedes e principais estabelecimentos em Lima e na Cidade do México. Ordem de intelectuais e educadores como seus rivais mais ferrenhos, os dominicanos, os jesuítas, com seus colégios bem organizados, substituíram em grande parte os dominicanos na educação secundária dos mais abastados. As doações que atraíram foram destinadas para os fins habituais: igrejas suntuosas que, em alguns locais, rivalizavam com as catedrais e propriedades rurais como base econômica duradoura. Com seu impulso organizador e tino comercial, os jesuítas costumavam se envolver nos aspectos mais intensivos em capital e mais lucrativos da economia rural e gerenciaram diretamente suas propriedades, e assim se destacaram das outras ordens, cujas terras, normalmente arrendadas ou entregues à direção de administradores leigos, não adquiriram nenhum perfil distinto em meio às *haciendas* hispânicas.

Depois de instalados nas áreas centrais, e já estavam bem adiantados nisto no final do século XVI, os jesuítas começaram a procurar um campo de atuação entre os índios que fosse comparável aos das outras ordens; mas entre os mendicantes e os seculares, todas as paróquias mais próximas do centro já estavam ocupadas. Como muitos recém-chegados antes e depois deles, os jesuítas tiveram de deslocar-se para as margens e trabalhar obrigatoriamente com modestas populações de índios semi-sedentários ou não-sedentários; os dois principais campos de ação foram o extremo norte do México e o extremo sudeste da América do Sul espanhola, ou "Paraguay". Vista às vezes por observadores distantes como alguma trama para criar um estado independente nas vastidões remotas, a localização periférica foi escolhida simplesmente porque ainda esta-

va disponível. E embora não pudessem atuar exatamente como uma paróquia rural no Vale do México, as comunidades jesuítas foram organizadas segundo os mesmos princípios adotados por todas as ordens na periferia, como deixa claro seu nome de *reducciones*.

A Inquisição

Outro mecanismo eclesial do período maduro foi o Santo Ofício da Inquisição, que, embora fosse um braço do governo real, tinha como objetivo combater a heterodoxia religiosa e seus níveis superiores eram ocupados por homens da igreja. Ausente desde o período da conquista, durante o qual as funções inquisitoriais foram delegadas a bispos, a instituição propriamente dita chegou às Índias Ocidentais com a criação de dois tribunais no início da década de 1570, nos locais já esperados, Cidade do México e Lima, seguidos depois por um terceiro em Cartagena, na costa caribenha de Nova Granada. Nas Índias Ocidentais, longe das grandes minorias étnico-religiosas da Península Ibérica e sem jurisdição sobre os índios, a Inquisição tendia a ficar sem clientes. Os casos de criptojudeus e estrangeiros protestantes foram relativamente raros, assim como as execuções; um total de mais ou menos trinta no grande tribunal de Lima durante mais de 250 anos, por exemplo. A ação mais séria contra estrangeiros e judeus ocorreu no segundo quarto do século XVII. Durante a época da união das coroas portuguesa e espanhola (1580-1640), mercadores portugueses, partindo de sua posição no comércio negreiro africano, conquistaram parte significativa do comércio internacional geral das Índias Ocidentais espanholas. Nunca apreciados pelos concorrentes espanhóis, que conseguiram mantê-los bem distantes do Consulado, os portugueses eram particularmente vulneráveis por causa da grande proporção de judeus praticantes entre eles. Quando os vínculos entre portugueses e espanhóis começaram a enfraquecer e o ponto de ruptura se aproximou, a xenofobia passou a crescer na população hispânica, mais especificamente entre os mercadores espanhóis. Neste contexto, a Inquisição levou a julgamento muitos comerciantes portugueses, acusou-os de judaísmo, queimou vários na fogueira e confiscou grande volume de propriedades.

De resto, a participação da Inquisição no comércio ajudava a manter a paz ao lidar com certos tipos de desvio de comportamento. Uma grande proporção de seus casos relacionava-se a blasfêmias (que, na maioria dos casos, se reduzia a acalmar discussões familiares e domar praticantes de estilos de vida desregrados), feitiçaria (principalmente casos de psicopatia) e bigamia, que não era tão

rara num mundo em que tantos homens migravam em busca de um meio de vida. A Inquisição também agia como censor eventual de livros.

Este não é o lugar adequado para mergulhar nos procedimentos desta instituição, fascinante, talvez, mas alvo de excesso de publicidade e mal compreendida. Tribunal soberano em sua própria jurisdição, teve seu lugar no cenário sociopolítico como mais uma agência independente ao lado da Audiência, do cabido da catedral, dos jesuítas e assim por diante, cada uma formando alianças variáveis com as outras e ajustando sua ação de modo a ganhar para si o máximo de vantagem. A Inquisição não era, de forma alguma, alvo de controvérsia na população hispânica em geral; tornar-se inquisidor ou trabalhar em sua equipe era uma honra, além de meio de vida garantido. Havia também uma rede de agentes leigos da Inquisição, ou *familiares*, que se estendiam muito além das capitais dos vice-reinos por outros povoados espanhóis, e assumir este cargo tinha um significado honorífico não muito diferente de uma cadeira no conselho local da cidade.

Santos das Índias Ocidentais

A santidade, pode-se pensar, é fator universal, independente de tempo e lugar, e mais ainda do contexto socioeconômico. Mas o fato é que os indivíduos da América colonial espanhola que adquiriram fama por sua santidade em sua própria época e foram mais tarde aceitos como santos da igreja concentram-se no período maduro, principalmente em seu início, e tendiam a localizar-se nas maiores povoações espanholas. Tinham também forte tendência a serem socialmente marginais — pobres ou mulheres — e de ficarem um tanto fora das hierarquias normais. É como se a santidade fosse uma espécie de reação à situação plenamente estabelecida. Muitas vezes nascidos na América, os santos também representam outra faceta do amadurecimento da sociedade hispânica local e de seu componente eclesiástico. Para mencionar um ou dois, Santa Rosa de Lima (morta em 1617) nasceu naquela cidade, de pais espanhóis que tinham alguma posição mas não eram ricos nem poderosos; nunca entrou para um convento, mas cultivou a vida espiritual em casa numa atmosfera que incorporava música e flores, além de rigorosas práticas ascéticas. São Martim de Porres (morto em 1639) era um mulato ilegítimo, também nascido em Lima, filho de pai importante e mãe negra livre. Inicialmente colocado como aprendiz de um cirurgião-barbeiro, implorou que seu pai o introduzisse na ordem dominicana, o que realmente aconteceu, embora, em vista de seu histórico, ele tenha permanecido

como irmão leigo e não como membro ordenado. Frei Martim foi notável pelas campanhas de esmolas e pela benevolência para com todos, inclusive crianças abandonadas e animais.

VIDA INTELECTUAL

Dizer algumas palavras sobre a evolução intelectual (mais do que algumas nos levariam a uma discussão potencialmente interminável sobre obras e autores individuais) é quase continuar com o tema eclesiástico, já que os vários ramos da igreja constituíam meio de vida para grande parcela dos que se dedicavam a fins intelectuais. No entanto, a única organização mais fundamental para todo este aspecto da vida — a universidade — estava sob auspícios reais. É verdade que muitas das universidades das Índias Ocidentais espanholas nasceram de escolas administradas por alguma das ordens, e, entre as mais de vinte chamadas universidades que acabaram por existir nas Índias espanholas, as de categoria inferior, ou seja, a maioria numérica, estavam associadas principalmente aos jesuítas e dominicanos. Mas as grandes universidades, das quais as duas maiores localizavam-se, naturalmente, na Cidade do México e em Lima, com outras de boa qualidade em uma ou duas cidades secundárias importantes nas duas órbitas, eram organizações autônomas, no modelo das universidades da Espanha e fundadas de forma independente, embora mais modesta, pelo tesouro real. A renda das cátedras permanentes quase nunca era suficiente para sustentar seus ocupantes, que em geral eram religiosos, juízes ou outros profissionais liberais. Teologia, lei e (em mero terceiro lugar) medicina eram os principais cursos, já que, fundamentalmente, as universidades eram escolas profissionais, criadas para treinar os filhos dos espanhóis locais para serem padres, advogados e, às vezes, médicos. O método e o conteúdo da instrução seguiam em cada detalhe os da Espanha, exceto pela existência de algumas cadeiras sobre idiomas indígenas; até estas visavam às necessidades profissionais de padres em paróquias rurais.

Além de universidades e seminários, talvez a principal estrutura para a atividade intelectual fosse o séquito de vice-reis e arcebispos, que, até certo ponto, agiam como patronos, assim como bispos, governadores e chefes de Audiências nos centros menores. As cidades maiores haviam conseguido teatros, às vezes pertencentes a alguma das ordens, no final do século XVI; as mesmas cidades tinham gráficas (desde o período da conquista, pelo menos no caso da Cidade do México) e todo ano eram vendidos aos milhares livros de todos os tipos,

muitos importados da Espanha. Parece que quase tudo o que era publicado na Europa circulava com bastante liberdade nas Índias, exceto propaganda absolutamente protestante; instituições religiosas, assim como alguns indivíduos, possuíam bibliotecas impressionantes, que tendiam para o religioso e o ortodoxo mais por causa do gosto e da profissão dos leitores do que por alguma pressão da Inquisição. Todas as atividades que mencionamos estavam bastante concentradas nas capitais dos vice-reinos, e indivíduos promissores das províncias eram muitas vezes atraídos para lá; o poeta (e padre secular) Bernardo de Balbuena trocou Guadalajara pela Cidade do México, e quando escreveu sua principal obra, *Grandeza Mexicana*, foi em homenagem à capital, e não à cidade de província. Um único círculo fechado, com forte sabor eclesiástico e elitista, concentrava todos os caminhos intelectuais, fazendo deles um meio intimamente relacionado. Assim, a conquista de um grau elevado numa universidade tornou-se um acontecimento de pompa e ostentação, com cavalgadas, cerimônia na catedral, congratulações do arcebispo e do vice-rei e muitas festas dispendiosas a serem pagas pelo candidato.

Neste contexto, logo se desenvolveu ali o tipo intelectual da América espanhola, pouco diferente, com certeza, do protótipo da Península ou, em termos mais gerais, da Europa. No plano econômico, ele tinha vários cargos mal pagos de tempo parcial, ligados de alguma forma à atividade intelectual, com a esperança de empregar-se integralmente e remunerar-se de forma adequada com o total deles; no plano intelectual, em parte como resultado de sua carreira necessariamente multifacetada, sua produção era também ampla, variada e fragmentada. Quase sempre dedicava-se à literatura, à história e a ensaios de natureza mais técnica ou científica.

Um bom exemplar é o famoso don Carlos de Sigüenza y Góngora, que nasceu na Cidade do México e ali se desenvolveu durante a segunda metade do século XVII. Padre secular, embora sem paróquia, ocupou a cátedra de matemática e astrologia da Universidade da Cidade do México, foi cosmógrafo-chefe (geógrafo-cartógrafo-engenheiro) de Nova Espanha, capelão de hospital, auditor da artilharia, contador da universidade e principal esmoer do arcebispo, entre outras funções. Seus textos incluem: poesia; volumosa história do local e da antigüidade asteca, incluindo ensaios arqueológicos; narrativas jornalísticas de viagens e de acontecimentos locais da época, algumas encomendadas pelo vice-rei; tratados sobre matemática e astronomia e almanaques correspondentes. A carreira de don Pedro de Peralta Barnuevo, nascido em Lima (morto em 1743), é quase igual à de Sigüenza, inclusive por ter ocupado a cáte-

dra de matemática e ter sido o principal cosmógrafo de seu reino (embora não fosse clérigo), e sua produção também se incluía em categorias idênticas.

Personagens abrangentes como esses tinham uma facilidade característica para o raciocínio e a eloquência, mas seu método era mais adequado a acompanhar do que a originar conhecimento. Às vezes era possível encontrar maior profundidade, originalidade e especialização em membros das ordens, cujas vidas menos fragmentadas eram mais propícias à concentração. Assim, a gramática nauatle de meados do século XVII, de autoria do grande lingüista jesuíta Horacio Caroqui, até hoje dificilmente foi igualada, enquanto soror Juana Inés de la Cruz, freira jeronimista, contemporânea e compatriota de Sigüenza, é um dos poetas clássicos da língua castelhana, reconhecida e lida em muitos países. (No entanto, esses elogios devem ser evitados em relação à produção geral de numerosas crônicas de certas ordens, quase sempre encomendadas pelos superiores, feitas de modo superficial e bastante amador, que incorporavam sem digerir grandes bocados das histórias anteriores da ordem.)

Todos os observadores concordaram que os marcos gerais da expressão intelectual do período colonial intermediário foram a exuberância intrincada, o formalismo e a qualidade indireta da alegoria, da alusão, da concepção e da distância, em lugar da objetividade e da simplicidade do período da conquista. O estilo ou disposição mental é chamado muitas vezes de "barroco", um termo posterior aplicado também, na verdade em primeiro lugar, à tendência maior na Espanha e na Europa que os escritores das Índias Ocidentais reproduziram fielmente. Exemplos totalmente prontos surgiram nas Índias na primeira década do século XVII e continuaram em evidência durante boa parte do século XVIII.

No entanto, o conceito de barroco não é responsável por todos os fenômenos intelectuais de nosso período. O final do século XVI foi a época da criação de algumas obras notáveis que descreviam o cenário americano de forma ao mesmo tempo mais analítica e mais sintética do que os escritores do período da conquista, embora ainda com a mesma perspectiva e vocabulário diretos. O jesuíta José de Acosta, em sua *História natural e moral das Índias*, diferenciava os tipos de áreas segundo a topografia, a organização da população indígena e a presença de prata, sem deixar de destacar os pontos em que os fenômenos do Novo Mundo mostraram ser falsa a tradição do Velho Mundo; Gonzalo Gómez de Cervantes, descendente do conquistador mexicano, pesquisou todos os setores da economia de seu país com espírito realista e observação atenta e perspicaz; o mestiço peruano Garcilaso de la Vega, o Inca, escreveu seus elegantes e

nostálgicos *Comentários reais* em homenagem aos dois ramos de seus ancestrais, conquistadores espanhóis e incas conquistados. E essas obras, em vez de desaparecerem abruptamente em 1600, continuaram a aparecer durante boa parte do século XVII, obras importantes como as histórias do jesuíta Bernabé Cobo, a pesquisa sobre a lei das Índias do juiz Solórzano e a gramática nauatle de Carochi.

Mas, voltando ao barroco, seus maneirismos realmente dominaram as letras no século XVII e no início do XVIII, desde o vanilóquio dos torneios poéticos em homenagem à chegada de um vice-rei aos poemas e peças de soror Juana Inés, que passaram a fazer parte da moda literária internacional da época a tal ponto que, à primeira vista, pouca coisa em sua forma ou conteúdo sugere que foram escritos no México. Fora do mundo das letras, a maioria dos textos, se não se tornou “escolástica”, como geralmente se afirma, com certeza mostrou mais tendência a apoiar-se em autoridades anteriores, a memorizar, aludir e citar em vez de abrir novos campos ou aperfeiçoar o que fora feito pelas autoridades. E este tom mal tornara-se predominante quando vários escritores, entre eles alguns tão importantes e “barrocos” com o soror Juana Inés e Sigüenza, começaram a lutar contra ele.

Pode-se perguntar, como fizemos com o comércio internacional, até que ponto o mundo do intelecto, aqui no sentido dos esforços literários e acadêmicos de estilo europeu, estava adaptado ao local e quais foram as tendências no decorrer do tempo. O tema tem várias dimensões. Existiam instituições de ensino superior, que eram parte permanente e importante do cenário, e quase todos os seus alunos haviam nascido no local. Nas universidades, o corpo docente também era cada vez mais nativo (sabemos que em meados do século XVII, na faculdade de São Marcos, em Lima, ele era formado inteiramente de nascidos na América), embora os estabelecimentos jesuítas, quase da mesma importância, conservassem por muito tempo a predominância de personagens nascidos na Espanha ou em outros países europeus.

Quanto à produção intelectual nas Índias Ocidentais, durante o período maduro foram escritas muitas obras de gêneros bastante variados, algumas de grande excelência e que despertaram interesse geral. Alguns dos autores eram espanhóis escrevendo nas Índias e sobre elas, outros eram hispânicos nativos. É notável que, na parte inicial do período maduro, muitos dos melhores textos eram de autoria de gente com profunda experiência em ambos os hemisférios, e é difícil dizer a qual deles pertenciam: Balbuena, o poeta, que nasceu na Espanha, cresceu e viveu até a idade adulta nas Índias, voltou à Espanha e final-

mente retornou às Índias; Caviades, o cáustico poeta de Lima, que nasceu no Peru mas foi educado na Espanha; Ruiz de Alarcón, o dramaturgo, que nasceu no México mas escreveu na Espanha; e Garcilaso de la Vega, que também cresceu em sua Cuzco natal mas morou a maior parte da vida na Espanha e lá escreveu durante seus últimos anos. Depois, na segunda metade do século XVII, os principais escritores das Índias, como Sigüenza, soror Juana Inés ou Peralta, eram em geral — mais uma vez com a importante exceção dos jesuítas — ali nascidos e educados, sem experiência direta do Velho Mundo.

Por outro lado, quando se pensa em termos de circulação entre o público, parece que a grande maioria dos livros lidos e das peças representadas eram de origem espanhola, quase tanto no final do período maduro quanto em seu início. Assim como no caso dos tecidos, a produção escrita da Espanha peninsular ou da Europa em geral repousava sobre uma base muito maior de produtores e consumidores e beneficiava-se da maior profundidade em termos de tempo, de modo que as Índias, mal tendo começado, dificilmente poderiam competir frente a frente, a não ser quando se exigia algo feito sob medida para uma ocasião especial, enquanto o produto castelhano gozava de prestígio insuperável. Também vimos que a produção da Espanha peninsular tendia a continuar predominante nos itens que eram fáceis e baratos de transportar, e nada se enquadra melhor nessas características do que livros, gêneros, estilos e conceitos gerais.

Se procuramos tendências no conteúdo da produção escrita das Índias, a situação torna-se complexa. Por um lado, há uma ampliação gradual a partir do que é local e imediatamente contemporâneo. Os textos do período da conquista (embora de autoria de espanhóis da Península Ibérica) consistiam, em sua quase totalidade, em descrições da conquista e dos fenômenos do novo local ou em discussões sobre como lidar com eles. A produção do início do período maduro ainda se concentra nas Índias, mas abstrai-se de vários aspectos do cenário imediato, em busca de uma abordagem geral. Isto feito, os escritores ficaram, na época do “barroco”, mais livres para dedicar-se a tipos de literatura, teologia, história ou especialização científica de alcance internacional. A produção posterior tende a parecer menos original, mas o simples envolvimento nessas coisas representa um amadurecimento e uma autonomia parciais na sociedade local. E ao lado de obras de sabor internacional, alguns escritores barrocos continuaram a cultivar os temas locais. Ainda mais, fizeram-no de uma forma nova, procurando conscientemente exaltar suas próprias áreas num espírito de patriotismo local; por exemplo, este era o principal objetivo de Sigüenza em seus textos sobre história asteca. Mesmo obras que pareciam localizadas em Madri ou Atenas re-

velam às vezes uma dedicação fiel ao cenário local, e se, em termos gerais, os escritores das Índias empregaram um vocabulário conceitual internacional, estudiosos posteriores ainda não fizeram o tipo de pesquisa que mostraria as modulações especiais e os regionalismos que, sem dúvida, ali estão. Mas, mesmo com a garantia de um substrato local nos textos barrocos das Índias, ainda parece que a maior originalidade, nos conceitos e na linguagem, estava nas esferas da vida cotidiana e na literatura informal ou popular, que se perderam para nós, a não ser em seu equivalente bastante alterado que chegou até os nossos dias.

Considerando tudo, a sociedade hispânica ao longo das rotas principais demonstrou no período maduro um grau de desenvolvimento da estrutura e da substância da atividade intelectual de estilo europeu que pareceria espantoso se não fosse totalmente coerente com a riqueza, a abrangência, a estabilidade daquela sociedade, e a adaptação local ou integração cada vez maior de todos os ramos do conhecimento originalmente centrados na Espanha. Ao mesmo tempo, observamos dependência e influência contínuas, inevitáveis numa base tão nova com excelentes linhas de comunicação com a metrópole e comparável à situação do comércio internacional, no qual a atividade das Índias era apenas um segmento de um todo integrado muito maior, do qual não podia ser totalmente separado.

O MUNDO INDÍGENA

Até que ponto as tendências que observamos nos vários setores da sociedade hispânica se aplicam ao “mundo índio”, ou seja, às unidades provinciais indígenas semi-autônomas que ainda enchiam o campo das áreas centrais no período maduro? Devemos com certeza esperar uma dinâmica um tanto diferente. Além das origens completamente distintas das duas sociedades, o princípio básico da organização das Índias Ocidentais espanholas era a existência das duas como entidades separadas, e a organização socioeconômica espanhola conferia bastante realidade a esta separação. É claro que também sabemos, dos temas anteriores já examinados neste mesmo capítulo, que havia vínculos fortes e permanentes entre os dois mundos, tão fortes que resultaram, no decorrer dos séculos, num atenuamento da fronteira entre eles que, na época de que falamos, já começara a ser perceptível.

Mas mesmo onde os dois setores mostram relação íntima entre eles, ela é, geralmente, entre opostos. A sociedade hispânica cresceu por meio de vários

tipos de mistura, incorporação e apropriação, cada um das quais retirou algo da sociedade indígena. Durante a maior parte do período colonial a população de hispânicos cresceu ao mesmo tempo em que se reduziu o número de pessoas chamadas de indígenas. Embora a maior parte do declínio numérico das comunidades índias fosse simples redução demográfica, boa parte dele foi causada pelo movimento rumo ao mundo espanhol, na forma de filhos mamelucos, migração urbana, emprego de tempo integral entre espanhóis e aculturação. Para a sociedade espanhola das Índias Ocidentais foi uma tendência muito profunda crescer à custa da sociedade indígena, o que em toda parte resultou no declínio gradual a longo prazo das corporações índias como tais.

Ainda assim o destino de um povo não é o mesmo de suas corporações. A história dos índios na América espanhola (sem falar em sua vasta contribuição à cultura e à sociedade hispano-americana em geral) é, por um lado, a história de um grupo corporativo em declínio e, por outro, a de um povo que realizou uma grande série de adaptações bem-sucedidas a uma nova situação; este último aspecto tem a tendência de fugir ao tema da história indígena propriamente dita, mas é fundamental para qualquer visão geral. Quem examina os dois lados do assunto tende a falar mais de uma transformação gradual da população indígena do que de um declínio.

De qualquer modo, admitimos como verdade importante que as corporações índias, num prazo bem longo, estavam diminuindo em tamanho da população e em riqueza, perdendo a integridade e a quantidade de tradições preservadas e tornando-se menos fundamentais na sociedade como um todo. Ainda assim, ao mesmo tempo devemos enfatizar como este processo foi lento. Durante o período colonial, a palavra-chave é persistência — das comunidades em atividade, do idioma, dos produtos mais importantes, do peso no cenário mais amplo. Se tomarmos como ponto de referência a municipalidade indígena reorganizada no estilo espanhol, há até um sentido no qual ela cresceu, ao assumir sua plena forma e estabelecer-se de maneira mais firme.

Há, então, alguma base para incluir o mundo índio no mesmo esquema de periodização dos espanhóis. As entidades indígenas, assim como as espanholas, atravessaram uma época de mudança básica rápida no período da conquista, seguida por um patamar de consolidação e evolução mais lenta (além do nível menor de redução populacional). Pode-se mesmo detectar no mundo índio, como vimos no desenvolvimento intelectual hispânico, um período maduro precoce um tanto distinto da época posterior. Na verdade, o fenômeno é mais notável na sociedade índia do que na espanhola e merece, por isso, um lugar mais im-

portante em nosso quadro da trajetória geral do mundo índio. O início do período maduro é uma época de pico absoluto para as corporações índias de estilo espanhol, época em que, apesar da grande perda populacional ocorrida, funcionaram melhor do que antes ou mesmo do que depois. Os impostos foram fielmente pagos, a população indígena cumpriu regularmente seus deveres cristãos, os conselhos das cidades tinham todas as suas cadeiras ocupadas e reuniam-se com freqüência, e havia um florescimento cultural mais amplo cuja dimensão ainda não conhecemos inteiramente. Então, depois de algum tempo relatou-se que as cidades índias estavam tendo problemas em todos estes aspectos, e em alguns deles pararam completamente de funcionar.

A época de florescimento das comunidades indígenas parece ocorrer na interseção de duas linhas de desenvolvimento: a ascendente da hispanização dos índios como indivíduos e a descendente da integridade das corporações. Levou uma ou mais gerações para que os índios compreendessem os conceitos e costumes legais, religiosos e econômicos hispânicos mais necessários. Durante este período, o poder das corporações índias caíra violentamente em relação ao nível anterior à conquista, mas os mecanismos básicos ainda estavam em perfeitas condições de funcionamento, as autoridades internas tradicionais eram obedecidas prontamente e a natureza limitada da hispanização da maior parte dos indivíduos era, em si mesma, um fator de proteção. Numa palavra, os nobres tinham aprendido o que o novo sistema exigia e tinham sobre os plebeus a autoridade necessária para implementá-lo. Para além deste ponto, a hispanização dos indivíduos continuou a passos rápidos, mas em vez de melhorar o desempenho das corporações ela o reduziu, pois a lealdade desses indivíduos estava mais dividida e abriram-se para eles mais canais alternativos; deixaram cada vez mais de obedecer à autoridade da corporação ou tentaram atingir seus objetivos por meio de estruturas e mecanismos espanhóis. Talvez a Figura 9 possa ajudar a esclarecer este ponto.

Relatos da época que sugerem o fenômeno que estamos examinando vêm tanto do Peru quanto do México, mas só no caso deste último estamos em condições de ser específicos sobre sua natureza e seu ritmo. No centro do México, podemos situar mais ou menos entre 1550 e 1650 a época do esplendor das corporações. Entre as realizações mais duradouras e visíveis está a série de grandes igrejas de mosteiros, uma para cada unidade provincial, que foram construídas e decoradas principalmente no meio daquele período — é verdade que sob direção espanhola, mas com muito ímpeto, financiamento, mão-de-obra e participação artística locais. Nessa época, os pintores índios executaram com maestria

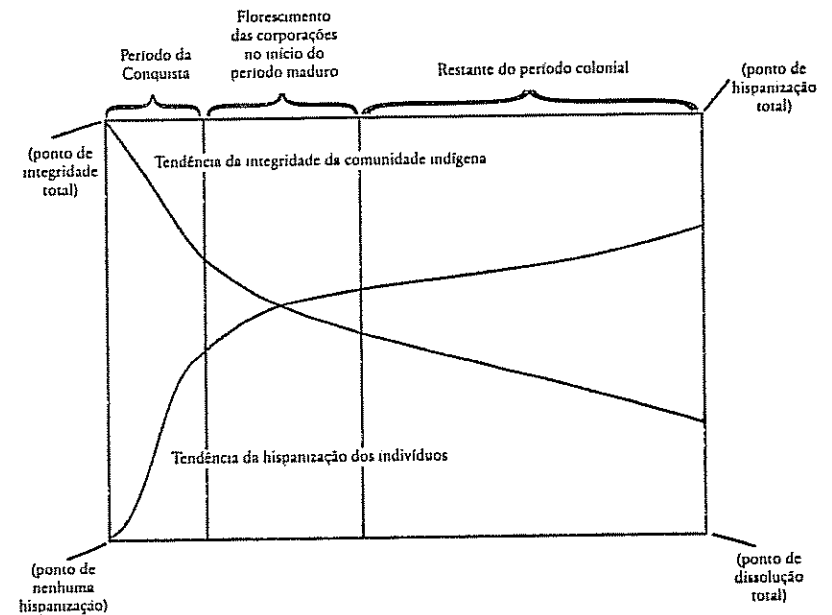


Figura 9. Integridade da corporação índia, hispanização e periodização.

afrescos e outras pinturas nas igrejas. A complexa música orquestral européia floresceu nas comunidades indígenas maiores, não só com muitos executantes competentes mas até mesmo com alguns compositores. A documentação municipal em nauatle com orientação hispânica produzida nesta época é mais completa, variada e direta do que a de qualquer período anterior ou posterior. As maiores histórias do mundo indígena em nauatle também são deste período; daí para a frente, os indivíduos de origem indígena que escreveram para um público mais amplo fizeram-no invariavelmente em espanhol e não em nauatle.

O próprio idioma nauatle registra nosso fenômeno. Por volta de 1550 as pessoas que falavam nauatle começaram a tomar emprestados substantivos do espanhol em grande escala, para designar a grande quantidade de artigos que os espanhóis vinham introduzindo. Este período de empréstimo só de substantivos corresponde ao período de florescimento das corporações, já que termina por volta de 1630-60, quando o nauatle passou a incorporar verbos, preposições, conjunções e expressões idiomáticas completas do espanhol, como vem fazendo desde então. Assim como a febre indica uma doença, este tipo de empréstimo indica o bilingüismo maciço; o número de pessoas das comunidades

índias que estavam em contato habitual com hispânicos e falavam espanhol nas ocasiões de contato — em mercados, em empregos temporários ou permanentes junto a não-índios — alcançara a massa crítica. Daí em diante muitos tipos de atividade poderiam ser, e foram, realizados no idioma espanhol e no seu mundo, o que deixou cada vez mais restritas as funções do mundo índio. Além disso, os índios que falavam espanhol serviam de conduto, e levavam rapidamente elementos culturais hispânicos para o coração do mundo índio, onde podiam se disseminar pela maioria que não falava espanhol.

Embora a evolução lingüística só seja conhecida em detalhes no caso do nauatle do centro do México, em nossos próprios dias é possível encontrar o mesmo tipo de empréstimo e o mesmo bilingüismo em quase todos os idiomas indígenas das áreas centrais, de modo que a única questão é o *quando*. Pesquisas preliminares mostram que só no início do século XIX o maia do Iucatã chegou a um estágio equivalente ao do nauatle por volta de 1650, e essa descoberta era esperada, em vista da proporção menor de hispânicos no distante Iucatã. Também no caso do altiplano andino se poderia esperar um ritmo de desenvolvimento mais lento, embora, diante da aparente falta de documentos em idioma indígena naquela região, talvez nunca saibamos com certeza.

Assim como o caminho lingüístico para o mundo hispânico tornou-se parte da estrutura do mundo índio, os caminhos regulares de migração para as cidades passaram a existir de forma um tanto isolada dos movimentos de tributo e trabalho que lhes haviam dado início. Nos arredores de Lima havia um sistema gradual no qual os migrantes do altiplano minimamente hispanizado mudavam-se primeiro para cidades índias no sopé das montanhas, onde o idioma e os costumes espanhóis eram mais conhecidos, depois talvez para Cercado, grande subúrbio índio de Lima, e, finalmente, para Lima propriamente dita (embora a maioria dos índios de Lima tivesse nascido no próprio Cercado). Da mesma maneira, no Iucatã, no final do século XVII, havia séries de cidades índias, sobretudo ao longo das principais estradas, cada uma das quais perdia migrantes na direção de Mérida, o centro espanhol da região, e os substituíam por recém-chegados da cidade mais próxima. Estes movimentos podiam envolver um passo por geração ou vários passos no período de uma vida; em qualquer caso, os migrantes mantinham contato por algum tempo com seu lugar de origem, e boa parte do movimento através do sistema era temporário, com as pessoas conservando suas raízes em casa.

Não só a estrutura do mundo índio no período maduro continha canais abertos para o setor hispânico; havia também um forte movimento na outra

direção, que levava estrangeiros hispânicos para dentro das fronteiras das unidades índias como residentes permanentes. Em geral pobres, os hispânicos trabalhavam para as *haciendas* que agora pontilhavam o campo, administravam seus próprios empreendimentos rurais pequenos ou atuavam como transportadores ou pequenos comerciantes dos produtos da economia rural. Raramente era satisfatório para eles fixar residência em seus isolados locais de trabalho; preferiam concentrar-se nas povoações índias maiores e, na verdade, até mesmo na maior povoação de um conjunto de várias unidades provinciais índias. Ali, dependendo da riqueza da região e de seu próprio número, começariam a criar uma comunidade espanhola dentro da comunidade índia, sem fazer formalmente parte dela e sem representação no conselho da cidade nem obediência aos deveres da corporação índia, mas que, ainda assim, tendia a tomar o centro da cidade, possuir as maiores casas e empregar mais gente — principalmente índios. Numa determinada situação, o processo poderia limitar-se a uma ou duas famílias espanholas que moravam na praça da cidade índia, ou poderia avançar mais na direção de uma municipalidade espanhola que empurraria para a periferia o mundo índio, como as cidades espanholas fundadas anteriormente.

Em ambos os casos, havia relações cordiais entre os hispânicos residentes e os nobres índios, que juntos formavam o grupo dominante do cenário local. Os nobres tendiam a moldar suas realizações econômicas segundo as dos hispânicos, e estes aliavam-se de várias maneiras aos nobres para obter acesso à mão-de-obra, à terra e à água dos índios em termos melhores do que se fossem pessoas relativamente marginais dentro do setor espanhol. As alianças eram muitas vezes seladas pelo compadrio e outros tipos de interação social, até mesmo, às vezes, pelo casamento, principalmente quando os hispânicos eram mamelucos ou mulatos. Mas, embora esses vínculos de alto nível fossem importantes, o que existia entre os hispânicos e os muitos índios plebeus que empregavam era, talvez, um fator ainda mais expressivo de mudança cultural local, por mais difícil que seja ter alguma idéia da interação naquele nível.

Outra faceta do transbordamento gradual de hispânicos para fora das cidades foi a expansão dos órgãos governamentais espanhóis para o campo índio. No período maduro, em quase toda a extensão das áreas centrais, o campo adjacente às cidades espanholas era dividido em *corregimientos* (ver Figura 10), distritos formados por várias unidades provinciais (*ex-encomiendas* e *encomiendas* existentes), com sede na maior cidade índia do distrito — que era também o centro da comunidade hispânica local, que acabamos de examinar. Aqui o *corregidor de indios*, também muitas vezes chamado de *alcalde mayor*, apresen-

tava-se como magistrado, arbitrando conflitos entre cidades índias ou entre as cidades e os espanhóis, e recebendo apelações em casos mais graves originados dentro das comunidades índias. Ele era também responsável pela coleta de impostos dos índios e por boa parte da canalização da mão-de-obra índia, que haviam sido anteriormente funções dos *encomenderos*, e, assim como eles, agia por intermédio das autoridades índias, que realizavam a coleta e o recrutamento originais. A ampliação do governo espanhol para o campo foi, assim, mínima, já que o corregedor dependia dos mecanismos corporativos índios e não de uma equipe considerável sob seu comando.

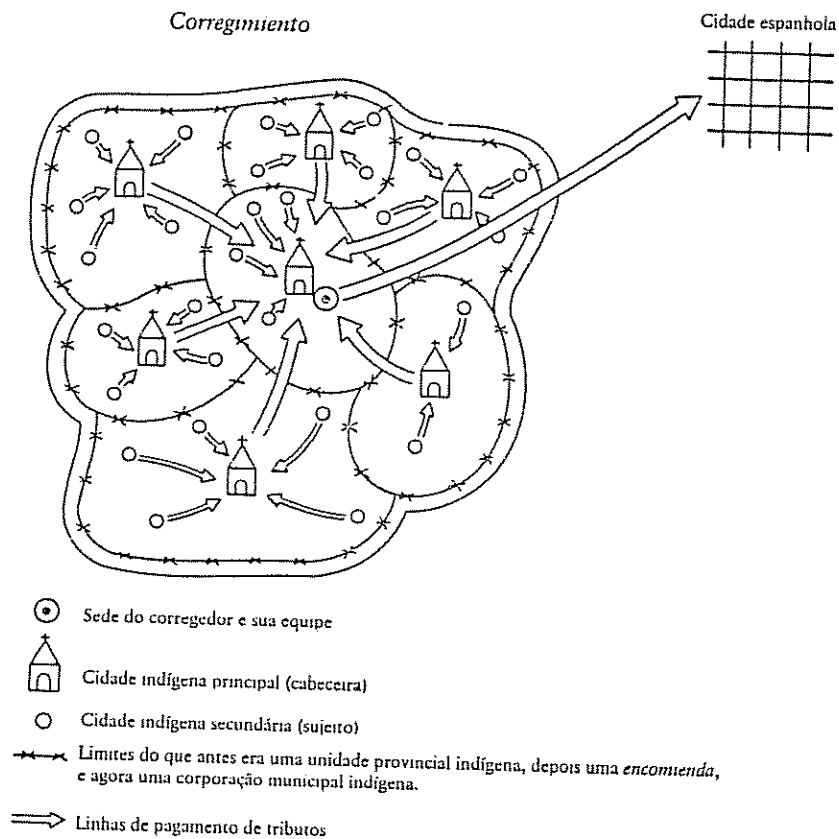


Figura 10. Esquema de um *corregimiento*, período colonial maduro.

O próprio corregedor costumava cumprir um mandato curto de cinco anos ou menos, e mantinha um pé na cidade espanhola; geralmente, era membro não-herdeiro das famílias espanholas locais proprietárias de terras, ou um recém-chegado da Espanha pertencente à *entourage* do vice-rei ou do governador. Sua pequena equipe, uns poucos delegados, escrivães e oficiais de justiça, fariam parte da comunidade local de residentes hispânicos permanentes (que incluía os índios hispanizados que serviam muitas vezes de intérpretes), e como tal se acostumariam aos métodos gradualmente elaborados para manter o equilíbrio entre as comunidades índias, os espanhóis pobres locais e as propriedades maiores ligadas à cidade. A predominância de práticas locais de acomodação e manobra era acentuada pelo fato de que o principal delegado do corregedor, geralmente também morador local, assumia o cargo durante as ausências longas e frequentes do chefe na cidade. Ao mesmo tempo, quando uma cidade índia se atrasava muito com suas obrigações tributárias e de mão-de-obra, os funcionários do corregimiento não hesitavam em prender os membros principais de seu conselho até que a obrigação fosse paga. Mas se um corregedor tentasse apertar demais os parafusos, algumas das comunidades índias mais afetadas apelariam, provavelmente, às autoridades superiores na cidade espanhola (arte na qual eram grandes mestres), recusar-se-iam a obedecer ou até pegariam em armas por algum tempo em protesto contra o corregedor problemático e a alegada ação injusta, mas raramente contra o domínio espanhol, se é que isso chegou a ocorrer.

Como o corregimiento era bastante limitado, as corporações índias não só faziam a coleta inicial dos impostos e a arregimentação de mão-de-obra como também mantinham a paz internamente e administravam seus negócios cotidianos internos com pouca interferência de fora, desde que não houvesse conflito direto com exigências e interesses espanhóis. A situação era favorável para a longa preservação de vários tipos de organização pré-hispânica, como metades tribais, que eram abundantes no Peru e nada incomuns no centro do México; em vários casos mexicanos, a dupla organização persistiu durante o período maduro e mesmo até a independência, com dois conselhos separados no mesmo território. Cargos municipais inferiores, no nível de chefes de distritos e outros, permaneceram quase inalterados, conservando muitas vezes até mesmo o nome de antes da conquista. Também nos níveis superiores a herança pré-conquista se fazia sentir; na verdade, boa parte do que os espanhóis descreveram como declínio municipal foi, na verdade, a reafirmação parcial do jeito antigo de fazer as coisas. No Peru os que detinham algum tipo de cargo tomaram a si as prerrogativas tradicionais da nobreza, quer fossem ou não do grupo dinástico. No México, passaram a ser um padrão os

novos princípios do governador nomeado e não hereditário e da rotatividade relativamente rápida de todos os cargos municipais, mas em outros aspectos o sistema predominante no período colonial intermediário e no final parecia mais pré-hispânico. As municipalidades índias tenderam gradualmente a abandonar o corpo de conselheiros, que eram o coração da municipalidade espanhola, mas não tinham equivalente próximo no período anterior à conquista. O corpo governante consistia no governador, nos alcaides e no fiscal, ou administrador da igreja (embora, formalmente, este último pertencesse a uma hierarquia diferente), com a ajuda de todos os que já tinham ocupado anteriormente aqueles cargos e, provavelmente, voltariam a ocupá-los; dava-se muito pouca atenção ao fato de uma pessoa estar ou não, no momento, no exercício do cargo.

A longo prazo, a situação pós-conquista propiciou mudanças em alguns dos aspectos mais básicos da organização sociopolítica indígena, mas de modo algum essas mudanças eram todas hispanizações; muitas delas seguiam tendências que existiam no período pré-conquista e podiam ser expressas de forma mais completa agora, quando não havia guerra ou conquista inter-regional, nem morte ou exílio de rivais dinásticos e, por outro lado, o homogêneo sistema espanhol que se estendia sobre grandes áreas permitia o movimento relativamente livre e não regulamentado dos indivíduos. No México, houve uma tendência clara de que fragmentos do *altepetl* (a cidade-estado, ou grande unidade provincial) conseguissem mais independência. Cada unidade maior passara a existir, em parte, por meio de conquistas, e entre os grupos que a constituíam havia sempre uma corrente subjacente de separatismo, que agora encontrava pouca coisa que a refreasse. As povoações menores no conjunto maior começaram a ter seus próprios conselhos, ou pelo menos alcaides, construíram igrejas que rivalizavam com as das capitais das unidades e, em muitos casos, garantiram total independência das obrigações para com a cabeceira, e tornaram-se também cabeceiras. No período da conquista, os espanhóis dependeriam bastante da *encomienda* e do poder da grande unidade que a sustentava, e não poderiam ter permitido tal evolução. Mas quando passaram a apoiar-se menos nas corporações em geral, por passarem a usar uma proporção menor da mão-de-obra índia temporária, e à medida que esta mão-de-obra lhes chegava de maneira mais individual e informal, o tamanho das unidades índias passou a ser para eles um assunto de relativa indiferença.

Nos Andes, as maiores entidades são menos compreendidas. Sabemos que normalmente não eram contíguas em termos geográficos, e que os espanhóis, seguindo seus próprios conceitos de territorialidade, passaram, com o tempo, a respeitar apenas o núcleo geográfico da unidade, tentando unir as partes mais

distantes às unidades vizinhas. O padrão mais difuso de povoamento andino também resultou numa tentativa mais séria das autoridades espanholas de reorganizá-lo. No centro do México, o repovoamento foi um movimento de alcance e conseqüências muito limitados; houve uma onda no início do período maduro, principalmente para remediar o fato de que algumas subunidades haviam sofrido uma perda populacional grande demais para serem viáveis. A solução mais comum foi simplesmente anexar a unidade à maior povoação vizinha existente, o que nem criou novas unidades nem alterou a estrutura geral. Entretanto, no Peru começou, no final do século XVI, uma campanha em grande escala com o objetivo de concentrar drasticamente os índios numa quantidade muito menor de povoações (que aqui, como em muitos outros locais, eram chamadas *reducciones* ou reduções). E na verdade, o movimento teve grande impacto, pelo menos na área em que foi estudado em detalhes: o corregimento de Huarochiri, perto de Lima; em áreas mais distantes da capital do vice-reino essas campanhas podem ter demorado mais e ter sido mais fracas. De qualquer modo, a campanha de Huarochiri reduziu cem povoações a dezessete; é verdade que não ficavam todas em novos locais e que o número de povoações logo começou a crescer de novo quando os índios passaram a voltar ao seu antigo padrão, mas ainda assim as unidades índias foram severamente abaladas.

A redução foi um dos vários fatores que tendiam a mudar a natureza do *ayllu* andino. Menor unidade sociopolítica organizada, o *ayllu* era comparável ao *calpulli* do centro do México; cada um deles, na área de sua cultura, era o tijolo das unidades maiores, base da posse da terra e da execução das tarefas públicas. As reduções andinas conservaram a distinção dos *ayllus* que as constituíam, mas eles foram colocados em contato íntimo entre si e quase sempre localizados a uma distância desconfortável de suas terras, ou mesmo obrigados a trocar de terras. No entanto, o maior desafio à forma tradicional do *ayllu* veio da migração generalizada de índios pelo campo. O movimento de indivíduos sempre fora uma característica importante da estrutura andina, com seus microclimas complementares incluídos nas mesmas unidades, e muita gente deve ter-se perdido em unidades estrangeiras na época pré-conquista. A onipresença do movimento deve ter tido algo a ver com a origem dos yanac, semi-incorporados, semi-estrangeiros, que formavam um grupo tão numeroso e bem definido nos Andes. No período colonial o volume de migração parece ter aumentado; uma parte disso estava relacionada às oportunidades econômicas oferecidas pelo mundo espanhol, embora outra parte deva ter-se inspirado na própria natureza do *ayllu*. A partir do período da conquista, a unidade local mexicana, o *calpulli*, recebeu como membros, com bastante rapi-

dez, os recém-chegados e lhes deu terras e deveres, caso se instalassem de modo permanente. A unidade andina era muito mais hermética e só aceitava os que nasciam ali, de preferência por ambos os lados da família. Quando uma pessoa estava em dificuldades econômicas, podia alterar sua situação mudando-se para uma nova comunidade, onde não receberia terras mas não teria de pagar impostos e prestar serviços ao repartimento. Não só o próprio migrante como também seus descendentes permaneceriam fora do *ayllu* no novo local. Com o passar dos séculos, a percentagem de *forasteros*, como eram chamados os de fora, aumentou muito, enquanto a de membros do *ayllu* que cumpriam obrigações públicas diminuiu na mesma proporção. Os migrantes em geral eram homens, e os *ayllus* de onde vinham ficavam desequilibrados, com mais mulheres, por causa do êxodo, de modo que o casamento freqüente fora do *ayllu* era inevitável. Assim, o *ayllu*, aos poucos e com relutância, tornou-se a organização residencial básica que o *calpulli* mexicano sempre fora.

Em toda parte o padrão das práticas da economia hispânica infiltrava-se no mundo índio. No Peru, a propriedade privada da terra por nobres e outros; o uso do dinheiro para pagar mercadorias e mão-de-obra; a produção comercial de mercadorias para o mundo hispânico; a herança de propriedades individuais por meio de testamentos — todas essas coisas permaneceram ao lado da propriedade mais comunal de terras do *ayllu* e das tradições de trabalho rotativo e recíproco. É como se existissem dois setores, nem sempre em paz entre eles, nas comunidades índias, um formado por nobres, ocupantes de cargos, pessoas especializadas, forasteiros e hispânicos residentes, que tendiam para as práticas hispânicas, e o segundo setor formado pelo restante dos membros do *ayllu* que detinham a posse da terra por direito comunal e que executavam o trabalho da mita.

Nas cidades índias mexicanas vêem-se os mesmos tipos de atividade hispânica, ainda mais acentuados, mas não há separação bem definida entre os dois subsetores porque as atividades eram realizadas de forma muito geral. Na verdade, muitas das práticas não eram tão hispânicas, e sim comuns à Península Ibérica e à Mesoamérica do início da era moderna, que tinha mercados, especialistas comerciais e algo muito próximo de uma moeda, além de, aparentemente, já conhecer o princípio da compra e venda individual de pedaços de terra. Membros da comunidade indígena mexicana participaram do transporte e do comércio inter-regional juntamente com hispânicos marginais. Para termos uma idéia mais específica da natureza deste tipo de entrelaçamento, vamos considerar o caso de um certo Juan Fabián, um plebeu índio abastado que vivia na região de Coyoacan, perto da Cidade do México, no início do século XVII. Ele

tinha vários lotes separados de terra, alguns da comunidade e outros comprados individualmente. Devia dinheiro a alguns espanhóis, mas, por outro lado, havia espanhóis que lhe deviam dinheiro. Seu principal empreendimento era um pomar de árvores frutíferas nativas onde ele empregava às vezes várias pessoas do local, além da ajuda que pedia a seus parentes (mas nem sempre obtinha). Possuía alguns cavalos e mulas e alugava outros de espanhóis; seu genro, de uma unidade provincial que não era a de Juan Fabián, levava a tropa de mulas pela área em torno com frutas para vender.

Pessoas como essas são símbolos vivos de como elementos que vieram de fora integraram-se aos padrões de pensamento e comportamento dos índios para formar associações estáveis de características, com os quais a comunidade índia se identificava, sem questionar o que era indígena, o que era espanhol e o que era uma combinação. Quando se examina, quase tudo acaba por pertencer a esta última: de raiz índia e alterado de alguma forma na superfície, como as próprias unidades provinciais. (Se algo parece totalmente espanhol, quase sempre é porque os índios o tomaram como equivalente de algo que já tinham.) Esta integração pode ser encontrada nos grandes textos indígenas do início do período maduro, tanto no historiador e cronista peruano Huaman Poma de Ayala como nos mexicanos Tezozomoc, de Cidade do México-Tenochtitlán, e Chimalpain, de Amecameca. Todos exaltavam o Deus e o rei espanhóis, assim como seus próprios subgrupos indígenas, para os quais buscavam vantagens dentro do sistema espanhol.

É verdade que os índios, às vezes conscientemente, mantinham alguns de seus padrões distintos dos equivalentes espanhóis, com os dois em competição direta. Em regiões onde havia relativamente menos espanhóis, sistemas religiosos separados podiam persistir por muito tempo; no início do século XVII os habitantes do altiplano andino ainda mantinham as religiões indígenas, com sacerdotes, sacrifícios e apoio de origem pública. Também nas áreas maias os textos sagrados da época pré-conquista foram preservados, postos em forma alfabética e até mesmo recopiados e atualizados até boa parte do período colonial.

Ainda assim, é difícil alguém não se impressionar com a capacidade do mundo índio de obter a integração estável de elementos externos sem perder seu equilíbrio. No caso do México, começamos a saber o suficiente para podermos fornecer um quadro bastante equilibrado do fenômeno em suas muitas dimensões. O hábito de beber pulque, tão denunciado (e exagerado) por padres espanhóis, não era um excesso selvagem desencadeado pela desmoralização ou pela influência espanhola, mas um comportamento padronizado que evoluiu da esfera mais comunal e ritual para a mais privada e individual; a produção e a venda de

pulque desempenharam um papel importante no desenvolvimento da economia monetária rural e do comércio inter-regional no mundo índio. O homicídio nas cidades indígenas seguia os mesmos padrões da história do mundo de modo geral; nos lugares onde havia mais espanhóis, alguns fortes tabus comunais cederam aos poucos a modelos de comportamento mais parecidos com os espanhóis. As corporações índias ainda se preocupavam com sua autonomia, suas fronteiras e o nível de suas obrigações para com os de fora, como na época pré-conquista; o litígio constante em tribunais espanhóis e as revoltas muito limitadas e localizadas substituíram a guerra e a diplomacia como meios de resolver aquelas preocupações. Na evolução lingüística, as palavras espanholas que inundaram o nauatle não significaram, de modo algum, decadência ou perda da individualidade ou expressividade do idioma; o nauatle não se transformou em espanhol, assim como o inglês não se tornou francês na época dos normandos. Muitos elementos culturais que eram quase puramente espanhóis quando de sua introdução logo ficaram tão naturalizados que os índios começaram a usá-los para diferenciar suas próprias microunidades. Muitas das roupas usadas pelos índios eram de tipo europeu, mas como o estilo índio era mais conservador que a moda espanhola, logo sua vestimenta-padrão passou a parecer "índia", e começou o processo pelo qual cada unidade provincial tinha algumas características especiais em sua indumentária que a distinguiam dos vizinhos. Da mesma forma, todas as cidades indígenas produziram documentos em nauatle que seguiam em essência os modelos espanhóis, mas cada localidade desenvolveu um tipo de redação um pouquinho diferente e assim afirmou sua individualidade.

Temos apenas indícios de como a população índia em geral via a situação hispano-americana do período colonial maduro. Até onde podemos perceber, esta visão enfatizava a autonomia da unidade local. Havia orgulho em todos os que pertenciam à unidade, fossem de origem hispânica ou indígena, e hostilidade diante de todos os que pudessem ser percebidos como estrangeiros, fossem índios, ou espanhóis. As lendas populares da pequena cidade índia de Sula, perto da Cidade do México, datadas de aproximadamente 1700, servem de ilustração. No conto de Sula, a cristandade é equiparada à vida sedentária, enquanto a religião pagã é equiparada ao estágio pré-agrícola de vida nômade. O casal mítico que fundou a cidade tem nomes cristãos e nomes indígenas; os astecas também são vistos como cristãos. A igreja local (quer dizer, o prédio, já que nenhum padre é mencionado) é a própria encarnação da existência independente de Sula, e o casal étnico, em outro aspecto, é responsável pela escolha de São Tiago como santo padroeiro. No episódio principal, um exército, que re-

presenta todas as ameaças externas, tenta penetrar e tomar as terras da cidade; a força é asteca (Sula nega ter sido algum dia súdita do império asteca) mas é liderada por um proprietário de terras espanhol pós-conquista. Para rechaçar os intrusos, o povo de Sula usa tanto meios espanhóis como indígenas. Por um lado, mostram aos astecas os documentos e títulos das autoridades espanholas, invocando a deidade cristã, e por outro seu líder se transforma numa serpente alada totêmica para assustá-los. Completamente desencorajados, os estrangeiros partem e vão se estabelecer na Cidade do México-Tenochtitlán, deixando Sula com as terras e o governo soberano que sempre teve.

O COMPLEXO AURÍFERO DE NOVA GRANADA

No capítulo sobre a sociedade no período da conquista, falamos rapidamente sobre várias áreas de transição em torno das áreas centrais que compartilharam muitas características dos núcleos, mas não todas; permaneceram, em grande parte, orientadas para o centro e caminharam mais ou menos na mesma direção evolutiva com um atraso considerável. Em termos gerais, ocorreu durante todo o período maduro, mas algumas diferenças regionais entre os tipos de desenvolvimento exigem de nossa parte tratamento bastante eclético. Olhando para o sul, o Chile e o noroeste da Argentina mostram uma evolução de acordo com o padrão, mantêm-se ainda firmemente na órbita peruana e sobrevivem com suprimentos de Potosí ou da rota principal; teremos oportunidade de dizer mais algumas palavras sobre essas regiões quando examinarmos as periferias distantes que estavam anexadas a elas. Olhando para o norte, áreas de transição localizadas logo ao norte do México central estavam mergulhadas na economia da mineração da prata, da qual já falamos. Quanto às regiões na extremidade sul da Mesoamérica, com seus povos rigidamente organizados e principalmente sedentários, elas caminharam de mãos dadas com o centro do México, embora, de modo geral, atrasadas em cinquenta ou cem anos, em aspectos importantes da formação da propriedade da terra, da organização do trabalho, da nucleação e da mudança cultural geral.

A Guatemala, apesar de ser a mais afastada das regiões do sul da Mesoamérica e sede de uma Audiência, estava, de início, tão completamente inserida na órbita mexicana quanto o menos distante Iucatã, cada um com seus povos maias, cada um com sua única municipalidade espanhola de bom tamanho, e o cacau indígena que a Guatemala vendia ao México central era comparável para o tecido de

algodão indígena que o Iucatã enviava ao mesmo destino. Entretanto, no final do século XVI a Guatemala enfrentou sérios problemas na produção de cacau. O cultivo ainda estava em mãos indígenas e o produto, depois da colheita, era canalizado através da *encomienda*, de modo que epidemias e perdas populacionais indígenas eram prejudiciais à indústria; provavelmente, a praga que tornou o cultivo de cacau um fenômeno tão migratório em séculos posteriores já se fazia sentir aqui também. De qualquer modo, a expansão intensa e rápida do cacau na direção do México chegou ao fim, e no século XVII a Guatemala foi atirada numa independência indesejada que a fez buscar algum produto com valor imediato no comércio transatlântico. O anil, entre os vários produtos experimentados, foi o que se mostrou mais perto da viabilidade, mas ainda aí o sucesso foi mínimo, por causa da distância da costa caribenha e porque ainda não chegara a hora certa da exportação de corantes têxteis. Em muitos aspectos, a Guatemala ainda era apenas uma área dependente e atrasada do sistema mexicano.

De todas as áreas de transição só se desenvolveu um complexo, que permaneceu bastante independente dos dois maiores, com sua própria participação específica no comércio internacional: Nova Granada (Colômbia), local das minas de ouro mais importantes e duradouras da América espanhola. No período da conquista, quando os espanhóis vindos do Caribe penetravam numa nova região, haveria quase sempre uma fase de corrida do ouro para pagar as dívidas dos conquistadores, recompensá-los e ajudar a financiar novas iniciativas. Em áreas sem prata, havia necessidade e incentivo para forçar a extração de ouro até o limite de seu potencial, e no Chile ela continuou a ser um elemento importante da economia até o fim do século XVI; mas só em Nova Granada a produção aurífera tornou-se o suporte econômico constante da vida espanhola durante todo o período maduro e depois dele.

O complexo de Nova Granada tinha muitos dos mesmos elementos que formavam o mexicano e o peruano: um distrito mineiro (na parte noroeste da área); um conjunto de cidades espanholas com hinterlândia índia, em parte separadas do distrito mineiro propriamente dito, que ajudavam a abastecer as minas e eram sustentadas por seus lucros; e saídas para o mar, tanto para o Pacífico, fundindo-se com o sistema peruano, como para o Caribe, com um porto completamente independente em Cartagena. Mesmo assim, não se pode falar de uma grande rota principal. Embora Bogotá, com sua Audiência, fosse a capital e a cidade mais importante, não predominava sobre outras povoações espanholas da mesma forma que Lima ou a Cidade do México se sobressaíam em suas esferas; nem todas as estradas levavam a Bogotá, nem era ela o mercado mais im-

portante para a produção de outras povoações, nem suas companhias dominavam o comércio; e embora tenha havido alguns casamentos entre os poderosos de Bogotá e os de outras cidades de Nova Granada, não havia nada parecido com as redes familiares que se estendiam ao longo das rotas principais.

Existem razões de vários níveis para esta diferença. A natureza da indústria aurífera era um fator que contribuía para o caráter difuso; apesar da existência de alguns veios estáveis, a atividade principal era o garimpo de aluvião nos leitos dos rios, em locais muito distantes uns dos outros, inacessíveis e em constante movimento. O produto, pó de ouro, circulava quase tão livremente quanto o dinheiro, e assim não havia necessidade de existir uma casa da moeda em local central, e era fácil evitar as taxas governamentais; já foi estimado que apenas um terço da produção chegou a pagar o quinto real, apesar da grande redução do percentual exigido. Outro fator de fragmentação foi a geografia extremamente difícil da região, recortada por montanhas e vales de rios em várias unidades isoladas, que tinham dificuldade de se conectar entre elas. Mas no fim das contas, mais tarde, no Brasil, o ouro de aluvião criaria a grande capital do Rio de Janeiro, e nenhum desafio geográfico poderia ser mais intimidador que o do Peru. Em última análise, o complexo de Nova Granada não tinha a força concentradora da riqueza suficientemente grande.

O garimpo de ouro de aluvião ocorreu em localidades quentes, úmidas e de baixa altitude, do tipo em que a população indígena foi se reduzindo regularmente quase o ponto de desaparecer pouco depois da entrada européia, de modo que a mão-de-obra índia só era usada temporariamente. No período maduro, o povo indígena das terras baixas quase já desaparecera, enquanto os povos das regiões elevadas, mais parecidos com os sedentários do Peru, ainda persistiam e serviam aos *encomenderos*, mas não trabalhavam mais em grande escala nas minas; ali, a força de trabalho principal era formada por escravos africanos.

Em minas de aluvião a unidade básica não eram as instalações, como na indústria argentífera, mas a *cuadrilla* ou turma, que podia variar de dez a cem trabalhadores, de acordo com a riqueza do proprietário. Um feitor espanhol, especializado em técnicas de mineração, seria o responsável, embora em geral trabalhasse usando um intermediário chamado *capitán de cuadrilla*, ou chefe da turma, também negro, que disciplinava os trabalhadores, distribuía a comida e até recolhia o ouro dos produtores individuais. Se a turma era pequena, o próprio feitor podia ser o proprietário, mas com turmas maiores ele seria apenas um administrador; o proprietário, que podia manter várias turmas separadas,

moraria na maior cidade próxima. Os conselhos das cidades na área mineira propriamente dita — alguns deles de existência efêmera e outros que sobreviveram mudando de localização — costumavam ser dominados pelos *señores de cuadrilla*, ou proprietários de turmas. Assim, em condições bastante incomuns, os espanhóis do distrito aurífero desenvolveram bastante uma estrutura-padrão de propriedade urbano-rural.

Para os trabalhadores escravos, conta-se que a vida era árdua, a comida era ruim e a mortalidade elevada, mas ainda assim eles conservavam uma pequena parte do que produziam. Um dos resultados foi que ali, como também ocorreu na indústria da prata, os escravos acabaram formando um mercado importante para pequenos comerciantes espanhóis; outro efeito foi que, a cada geração, alguns conseguiam comprar sua alforria, de modo que a proporção de libertos (muitos deles mulatos) cresceu pouco a pouco, até que, na época da independência, já eram mais numerosos que os escravos e se sobressaíam na população geral da área, realizando o trabalho mais especializado das minas e a supervisão terciária, além de se tornarem pequenos exploradores e mineiros independentes.

As cidades maiores e mais estáveis de Nova Granada não eram propriamente povoações mineiras, e estavam dominadas pelas categorias habituais e parcialmente misturados de proprietários de terras, mercadores e membros da hierarquia oficial; estas cidades ainda se apoiavam na hinterlândia índia, embora numa análise final o investimento e o comércio se relacionassem principalmente com as minas. Popayán, a mais estudada destas cidades, mostrava muitas das características de uma cidade da área central: numerosas lojas e firmas mercantis, algumas delas atuando diretamente no comércio transatlântico; imigração intensa e contínua da Espanha, com os mercadores mais importantes entrando aos poucos para o círculo de proprietários de terras; quantidade crescente de estabelecimentos eclesiásticos e de religiosos, principalmente padres seculares, que cada vez mais pertenciam a famílias locais, de modo que, no final do século XVII, o cabido da catedral era inteiramente formado de pessoas nativas do local.

Por outro lado, o desenvolvimento parece atrasado em relação ao centro: a *encomienda* continuou a ser importante na jurisdição de Popayán e chegou a manter sua mão-de-obra; o título de “don” só passou a ter uso corrente entre os poderosos do local gerações depois que a mesma coisa aconteceu em Lima e na Cidade do México; na verdade, só depois da metade do século XVII o grupo dominante local apresentou os sinais normais de consolidação (como o exercício exclusivo dos altos cargos municipais e casamentos restritos ao grupo), e mesmo assim nem todos os sinais duraram até o século seguinte.